



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 136 - SEXTA-FEIRA, 5 DE SETEMBO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) 1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR) 1º SECRETÁRIO Efraim Moraes - (DEM-PB) 2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1) 4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES) Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP) 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB) - 21 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 21 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 24 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu ⁽¹⁾ Papaléo Paes Líder do DEM - 12 José Agripino Vice-Líder do DEM Kátia Abreu ⁽¹⁾ Jayme Campos Antonio Carlos Júnior ^(2,3) Maria do Carmo Alves ⁽⁴⁾ Líder do PSDB - 12 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 8 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

1. A Senadora Kátia Abreu encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008.
2. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
3. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF N° 068/08-GLDEM).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

EXPEDIENTE	
Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 164ª SESSÃO ESPECIAL, EM 4 DE SETEMBRO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar os 200 anos de criação da instituição Polícia Civil brasileira, de acordo com o Requerimento nº 810, de 2008, do Senador Romeu Tuma e outros Srs. Senadores. 36886

1.2.1 – Oradores

Senador Romeu Tuma 36886

1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Tião

Viana)

1.2.3 – Oradores (continuação)

Sr. Maurício Lemos Freire (Diretor-Geral da Polícia Civil do Estado de São Paulo) 36892

Sr. Carlos Eduardo Benito Jorge Aires (Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia do Brasil) 36894

Sr. Francisco das Chagas Soares Maia (Corregedor-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal). 36894

1.2.4 – Fala da Presidência (Senador Romeu Tuma)

1.2.5 – Oradores (continuação)

Senador Valdir Raupp (art. 203, do Regimento Interno) 36896

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 165ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 4 DE SETEMBRO DE 2008

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Discurso do Expediente

SENADOR RENAN CALHEIROS – A dimensão estratégica do pré-sal para o Brasil, cuja primeira extração se deu nesta semana 36897

2.2.2 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, para regulamentar a instituição, em cada ramo do Ministério Público da União e em cada Ministério Público dos Estados, de conselhos encarregados do acompanhamento e fiscalização dos pedidos de interceptação telefônica. 36898

Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições de Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES. 36901

Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, que determina que as empresas de condicionamento físico sejam consideradas unidades produtivas da área de saúde. 36903

2.2.3 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2008 (nº 931/2007, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para definir crimes de responsabilidade de Secretários Municipais e de titulares de órgãos municipais de procuradoria jurídica e de controle interno. 36903

Projeto de Lei da Câmara nº 135, de 2008 (nº 798/2007, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer penas alternativas aplicáveis aos crimes de trânsito. 36905

Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2008-Complementar (nº 375/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, de 13 de junho de 1991; e dá outras providências. 36907

2.2.4 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Recurso nº 5, de 2008, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional. Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas à matéria, perante a Mesa. 36909

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2005, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que *estabelece normas para a divulgação, na Rede Mundial de Computadores (Internet), de informações sobre programas de transferência de renda mantidos por Estados e Municípios com a participação de recursos da União*. 36910

2.2.5 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 330/2008, de 25 de agosto último, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 502, de 2008, do Senador Mozarildo Cavalcanti. 36910

Nº 331/2008, de 25 de agosto último, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 780, de 2008, do Senador Eduardo Azeredo. 36910

Nº 364/2008, de 25 de agosto último, do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 801, de 2008, do Senador Alvaro Dias. 36910

2.2.6 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 119/2008, de 27 de agosto último, do Ministro de Estado dos Transportes, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 665, de 2008, do Senador Delcídio Amaral. 36910

Nº 290/2008, de 26 de agosto último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 775, de 2008, do Senador Arthur Virgílio. 36910

Nº 526/2008, de 26 de agosto último, do Ministro de Estado da Integração Nacional, solicitando dilatação do prazo para encaminhamento das informações em resposta ao Requerimento nº 735, de 2008, da Senadora Kátia Abreu. 36910

Nº 1.258/2008, de 18 de agosto último, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 906, de 2008, do Senador Heráclito Fortes. 36910

Nº 1.287/2008, de 25 de agosto último, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 520, de 2008, do Senador José Nery. 36910

Nº 1.288/2008, de 25 de agosto último, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 652, de 2008, do Senador Arthur Virgílio. 36910

Nº 1.289/2008, de 25 de agosto último, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 651, de 2008, do Senador Arthur Virgílio. 36910

2.2.7 – Mensagem do Presidente da República

Nº 175, de 2008 (nº 672/2008, na origem), de 2 do corrente, *submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Dirceu Brás Aparecido Barbano para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA*. 36910

2.2.8 – Leitura de requerimentos

Nº 1.072, de 2008, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Francisco das Chagas Pereira*. 36926

Nº 1.073, de 2008, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando informações ao Ministro de Estado da Justiça*. 36926

Nº 1.074, de 2008, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, *solicitando autorização para desempenho de missão oficial na cidade de Montevidéu, Uruguai, no período de 9 a 12 do corrente*. 36926

2.2.9 – Avisos do Tribunal de Contas da União (autuação)

Nº 30, de 2008-CN (nº 1.166–Seses-TCU-Plenário/2008, na origem), que *encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1813, de 2008-TCU (Plenário), autos de Representação formulada por analista da SECEX/MT, em razão de indícios de irregularidades na aplicação de recursos do Convênio TT 161/2005-00 (SIAFI 534951), celebrado entre o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e a Prefeitura Municipal de Juína/MT, cujo objeto é a execução de serviços de melhoramentos na rodovia BR-174/MT, em um trecho de 120 km. (TC 002.127/2007-6)*. 36927

Nº 31, de 2008-CN (nº 1.186–Seses-TCU-Plenário/2008, na origem), que *encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1816, de 2008-TCU (Plenário), autos de Representação formulada pela SECEX/RN acerca do estado de abandono e de depredação da obra de construção do Hospital Terciário de Natal/RN, financiada com recursos da União e do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, que se encontra paralisada desde dezembro/1991. (TC 003.087/2001-4)*. 36927

2.2.10 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Considerações a respeito da Declaração da ONU sobre direitos humanos dos povos indígenas. Apelo à ECT e ao Ministro das Comunicações em favor da emissão de um selo postal para comemorar os cem anos da Universidade Federal do Amazonas. 36927

2.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

- 3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
- 53ª LEGISLATURA
- 4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
- 5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
- 6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- 7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
- 8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
- 9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

- 10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

- 11 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
 - 12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
 - 13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 - 14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
-

Ata da 164ª Sessão Especial, em 4 de setembro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana e Romeu Tuma

(Inicia-se a Sessão às 10 horas e 19 minutos e encerra-se às 11 horas e 27 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a sessão especial do Senado Federal que, em atendimento ao Requerimento nº 810, de 2008, do eminente Senador Romeu Tuma e outros Srs. Senadores, destina-se a comemorar os 200 anos de criação da instituição Polícia Civil Brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Convido para compor a Mesa o eminente Senador Romeu Tuma, já presente; o Sr. Maurício Lemos Freire, Diretor-Geral da Polícia Civil do Estado de São Paulo e Presidente do Conselho Nacional dos Chefes da Polícia; e o Sr. Carlos Eduardo Benito Jorge, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia do Brasil. (Palmas)

Convido a todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional brasileiro, a ser executado pela banda de música do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, primeiro subscritor do requerimento.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Gostaria de iniciar com dois agradecimentos: ao Presidente Tião Viana, pela honra que nos dá ao se deslocar para presidir esta sessão, e ao Coronel-Corregedor o agradecimento pela cessão da banda do Corpo de Bombeiros, que tocou o Hino Nacional, abrindo com emoção esta homenagem à criação da Polícia Civil há 200 anos. Ficam registrados meus dois agradecimentos pelo fato de abrilhantar esta sessão.

Saúdo meu Delegado-Geral, Maurício Lemos Freire, Delegado-Geral de São Paulo e Presidente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia. Por intermédio dele, saúdo todos os delegados-gerais e todos os delegados de polícia do Brasil.

O Dr. Carlos Eduardo Benito Jorge, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia,

eu diria que ele é meu sobrinho, visto que seu pai, Dr. Nemer, é um grande delegado, sempre meu amigo, levou-me para a Polícia de São Paulo. Por intermédio dele, também saúdo todos os brasileiros que ocupam essa nobre missão de ajudar a população a vencer a criminalidade e buscar a paz para conviver com os demais cidadãos de cada Município, de cada Estado.

Aqui temos o nosso Fernando Beato; o Dr. Sérgio, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia, não pôde estar presente, justificando que a Polícia de São Paulo está em um momento pré-greve, em busca de melhores salários e mais dignidade no trabalho. Então, ele não pôde se ausentar em vista de estarem lá vários delegados de todo o interior do Estado de São Paulo em reunião permanente. Espero que o Dr. Maurício tenha sua colaboração na busca de uma solução porque nós, paulistanos, estamos aflitos por uma solução correta com respeito à Polícia de São Paulo, e as demais polícias também.

Saúdo o Sr. Coronel Maia, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal e Corregedor-Geral da PM, a Srª Nélia Maurício Pires, Corregedora-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, o Sr. José Lindomar Costa, Diretor-Geral da Polícia Civil de Mato Grosso, e o Sr. Paulo César Cavalcante Martins, do Amapá. Dizem que, para chegar à França, são só dez minutos de barco, é isso? Vamos lá! A matéria estava boa, agora estão pedindo o visto de entrada. Será que exigem do barqueiro também?

Cumprimento também o Sr. Morio Ikegawa, Diretor-Geral da Polícia Civil de Rondônia; Gilberto da Cruz Ribeiro, do Rio de Janeiro; Bem-Hur de Medeiros, Diretor-Geral da Polícia do Rio Grande do Norte; Cleber Monteiro Fernandes, Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal; as senhoras e os senhores delegados, os sindicatos de polícia, as associações, todos os colegas companheiros representantes de outros setores, nossos amigos, amigos da Polícia que aqui comparecem para prestigiar esta sessão solene em prol da criação da instituição Polícia Civil brasileira por D. João VI há 200 anos, portanto, há dois séculos.

Todas as homenagens que o Senado da República presta por minha solicitação dão-me contentamento. Mas, sem dúvida, esta permanecerá entre as que mais fundo me calaram n'alma, pois se dirige à

instituição que envolveu minha atividade profissional durante cerca de 50 anos. Reverencia uma organização que continuo a venerar, como bem sabem as senhoras e os senhores. Representa um preito à polícia judiciária, ou seja, àquela que funciona como os olhos e os ouvidos da Justiça.

As polícias civis integram o elenco das organizações executoras da segurança pública, consignadas no art. 144 da Constituição Federal. Cabe-lhes, expressamente, sob a direção de delegados de polícia de carreira, “as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares”, ressalvada a competência da União nos casos de alçada da Polícia Federal. Segurança é algo atávico que trago no sangue, a ponto de estar empenhado em transformar o 21 de abril em Dia Nacional da Segurança Pública, conforme projeto que relatei e vi ser aprovado, há dias, pela Comissão de Educação desta Casa. A Polícia Militar já venera o dia 21 em homenagem a Tiradentes como patrono das polícias militares.

O próprio requerimento que originou esta marcante solenidade resume, ao se justificar, a trajetória histórica da instituição criada por D. João VI em 10 de maio de 1808, no Rio de Janeiro, então capital do Reino Português. Surgiu como Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil e, posteriormente, em decorrência de suas atribuições, adquiriu o nome de Polícia Civil.

Já pelo Alvará real, sua jurisdição abrangia o território brasileiro. Com suas atividades, disciplinou práticas da vida em sociedade. Para garanti-las e proporcionar segurança à população, materializou a presença do Estado na prevenção e repressão aos delitos de sangue e patrimoniais, assim como atentados políticos ou ameaças à segurança dos membros da Corte e à ordem pública. Por isso, deve-se considerar o Alvará de D. João VI como um marco primitivo do trabalho policial institucionalizado. Contém, inclusive, os embriões da Polícia Federal e das polícias militares.

Na fase de criação, a Polícia da Corte e do Estado do Brasil possuía um intendente-geral no Rio de Janeiro, delegados em cada província, comissários subordinados aos delegados nos distritos policiais das províncias e cabos de polícia às ordens dos comissários. Seus dirigentes receberam competência jurisdicional para organizar uma polícia eficiente e capaz de prevenir ações consideradas “perniciosas” e “subversivas”, conforme consta da documentação preservada em nosso Arquivo Nacional.

Quando, alguns anos atrás, a Polícia Civil do Pará escolheu o nome do primeiro Intendente-Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil, Paulo Fernandes Viana, como seu Patrono Cívico, o delegado paraense

Luciano Costa, mestre em Direito do Estado e professor de Direito Penal, produziu excelente dissertação histórica sobre o significado daquela Intendência para evolução de nossa segurança pública.

Apoiado em expressiva bibliografia, o autor lembra que, tão logo a família real chegou ao Brasil, a Coroa portuguesa “tratou de criar um órgão que cuidasse da segurança dos membros da família real e da população”. Instituiu a Intendência Geral, nos moldes vigentes em Lisboa, para “fazer a segurança pessoal da família real, bem como a segurança coletiva, que incluía o policiamento dos logradouros públicos, a investigação de crimes e a captura dos criminosos”.

O Intendente-Geral Paulo Fernandes Viana ocupava, simultaneamente, o cargo de Desembargador do Tribunal Superior do Rio de Janeiro, com *status* de Ministro de Estado. Recebeu “poderes para decidir sobre condutas consideradas criminosas, determinar a prisão ou pôr em liberdade, levar a julgamento, controlar e supervisionar o cumprimento da pena”. Tais prerrogativas do cargo decorrem de um decreto real que lhe delegava tal autoridade nas esferas legislativa, executiva e judiciária, embora, quanto à última, a competência de julgar ficasse restrita somente a “delitos menores, de pequena repercussão social”.

Segundo os historiadores Mello Barreto Filho e Hermeto Lima, em sua obra **História da Polícia do Rio de Janeiro – Aspectos da cidade e da vida carioca**, publicada pela Editora A Noite, do Rio de Janeiro, em 1939, “deve-se ao seu Intendente-Geral Paulo Viana a criação dos distritos policiais e judiciais, com os respectivos cargos de juiz do crime e delegados de Polícia”. Estes subordinavam-se diretamente ao Intendente-Geral, agindo por delegação do Rei.

Conforme o alvará de D. João VI, a Polícia da Corte e do Brasil não tinha caráter militar. Compunham-na apenas servidores civis. Todavia, em 1809, o Intendente-Geral criou a Guarda Real de Polícia, organizada militarmente e destinada a manter a ordem pública. Daí decorrer a repartição de atribuições entre os homens policiais, cabendo ao civil a polícia judiciária e ao militar, a manutenção da ordem pública, até nossos dias.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, atrevo-me a aproveitar a oportunidade para lançar a idéia de que considere o nome do Intendente-Geral Paulo Fernandes Viana como patrono das polícias civis, a par da figura do protomártir da Independência, alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, já celebrado como patrono das polícias militares brasileiras. Seria um ato de justiça, não só devido ao que já mencionei como também a outros fatos de sua vida, rememorados naquela brilhante dissertação do meu colega paraense.

Por exemplo, na época de D. João VI, vivia-se sob apreensão e temores. O monarca receava sofrer atentados de espiões franceses. Portanto, precisava “confiar o cargo de chefe da polícia a um homem enérgico e de envergadura moral”, apto a enfrentar os problemas com galhardia. Encontrou-o na pessoa do “desembargador Paulo Viana, nascido no Rio de Janeiro, homem justo, rígido e de grande inteligência, o qual já tinha revelado sua capacidade de administrador público em vários cargos de alta responsabilidade, tanto no Brasil quanto em Portugal”.

Nomeado, Paulo Viana iniciou a instalação do prédio da Intendência-Geral e dividiu-o em três setores encarregados, respectivamente, da fiscalização dos teatros e diversões públicas; da fiscalização das matrículas dos veículos de tração animal e embarcações; e da expedição e controle de passaportes, assim como do expediente interno. Um alcaide, um escrivão e dez meirinhos compunham a estrutura operacional central e ocupavam o primeiro edifício, onde se vê hoje o Campo de Santana, ao lado do Corpo de Bombeiros carioca.

A grande influência política de Paulo Viana era inquestionável, porque, além de merecer a confiança real, ele deu mostras de excelente administrador público. Organizou a Intendência-Geral, construiu quartéis para a Guarda Real de Polícia, edificou o Real Teatro de São João, implantou o abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro, aterrou diversos manguês, implementou o serviço de iluminação a óleo nas principais ruas, criou a Vigilância e Guarda (pessoal) do Rei, ergueu cadeias públicas mais humanizadas e promoveu grandes festas populares, de maneira a incutir na população a filosofia agora chamada de policiamento comunitário.

A abrangência das atribuições do Intendente-Geral de Polícia era tamanha que a ele ficavam subordinados, além das polícias das províncias, também os juízes criminais, civis e de órfãos, bem como os ouvidores, nos termos do alvará de D. João VI.

Tanta operosidade acarretou-lhe insidiosa inveja em diversos níveis, até na Corte, a ponto de envolver D. Pedro numa campanha de descrédito da política de segurança pública vigente. Por decreto do pai, o jovem príncipe conseguiu afastá-lo do cargo em 26 de janeiro de 1821.

“Desgostoso e desiludido com os rudes golpes de ingratidão que partiam de seus antigos superiores”, Paulo Viana faleceu em casa, aos 63 anos, em 1º de maio de 1821, dois meses depois da demissão e cinco dias após o regresso de D. João VI a Portugal. Seu corpo foi sepultado na Igreja de São Francisco de Paula, no Rio de Janeiro.

Pois bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, conto-lhes isso não só porque a história de Paulo Viana seja pouco divulgada, mas igualmente devido à influência que suas idéias e iniciativas tiveram, ao longo de dois séculos, na formação do nosso sistema de segurança pública.

Em 5 de dezembro de 1831, dez anos após sua morte, a Assembléia Provincial paulista aprovou a lei proposta pelo Presidente da Província de São Paulo, Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, que criou o embrião da Força Pública. Compunham-no 100 praças a pé e 30 a cavalo, cognominados de “*os cento e trinta de trinta e um*” – lembro que isso figura, com muita ênfase, na canção da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Viria a chamar-se Polícia Militar do Estado de São Paulo na década de 60. Por isso, Rafael Tobias de Aguiar é o legítimo patrono da corporação policial-militar paulista, calcada na Guarda Real de Polícia, que o Intendente-Geral Paulo Viana criara 22 anos antes.

Em 1890, o Decreto nº 1 do Governo Provisório da República autorizou os Estados a legislar sobre matéria policial. Surgiram, então, as primeiras leis estaduais relativas à polícia. Aliás, a mudança de Província para Estado, conseqüente ao advento da República em 1889, possibilitou profundas alterações nos negócios da segurança pública, em consonância com notável progresso irradiado no solo paulista.

O primeiro Chefe de Polícia de São Paulo, Bernardino de Campos, reorganizou a Repartição Central da instituição sob seu comando. Criou a Seção Judiciária e a Seção Médica, de maneira a desdobrar a luta contra o crime para garantir a tranqüilidade pública. O entrosamento e a competência dos integrantes de ambas as seções pontificaram no trabalho conjunto entre os investigadores e os peritos. Deram origem ao princípio da “indivisibilidade e da investigação criminal”, que consagrou a união da investigação com a perícia. Esse exemplo, temos visto ultimamente, quando há crimes graves, em que há dificuldade na investigação. E o investigador, juntamente com a perícia, chegam a conclusões que levam a sociedade a conseguir colocar na cadeia os responsáveis pela prática do crime.

A Polícia Civil de São Paulo nasceu junto à Secretaria dos Negócios da Justiça, em 1841. Seu primeiro Chefe foi o Conselheiro Rodrigo Antonio Monteiro de Barros.

No ano seguinte, surgiu o cargo de delegado de polícia por meio da Lei nº 261, de 3 de dezembro, regulamentada pelo Decreto nº 120, de 31 de janeiro, que modificou o Código de Processo Criminal, para estabelecer um aparelhamento policial centralizado e eficiente no País.

A primeira autoridade a se dedicar à estruturação da Polícia Civil paulista foi José Cardoso de Almeida,

quando Chefe de Polícia no governo de Francisco de Paula Rodrigues Alves. Seus ideais e as dificuldades na época estão consignados num relatório que apresentou aos superiores. Convergiam para a necessidade de instituir com urgência uma Polícia Civil de Carreira. Tal projeto conquistou imediato apoio do delegado Antonio de Godoi Moreira e Costa, que o aprofundou e lhe deu mais consistência.

Em 7 de novembro de 1905, o Presidente do Estado, Jorge Tibiriçá Piratininga, acolheu os argumentos de José Cardoso de Almeida. No dia 23 do mês seguinte, mediante a Lei nº 979, o Congresso Estadual instituiu a Polícia Civil de Carreira do Estado de São Paulo. Coube ao então Secretário de Justiça e futuro Presidente da República, Washington Luiz Pereira de Sousa, organizá-la.

Atualmente, a instituição emprega cerca de 40 mil homens e mulheres na defesa da vida e do patrimônio dos cidadãos, tanto os residentes no Estado, como os milhões de brasileiros que por lá transitam ou ali trabalham.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, restam ainda alguns aspectos históricos que devo abordar.

Desde o nosso período imperial, ficou evidente a influência dos ideais da Revolução Francesa nos textos constitucionais brasileiros e na criação de corporações destinadas a garantir os direitos do cidadão e proteger o seu patrimônio, mediante o poder de polícia. Ao proclamarem a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, os revolucionários franceses de 1789 dotaram o Estado de uma força pública com tais objetivos. Aprovada em 26 de agosto daquele ano, em meio ao conturbado ambiente revolucionário, a declaração realçava o direito de resistir à opressão, a igualdade perante a lei e a defesa da propriedade privada.

Seu art. 12 estabeleceu: “A garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita uma força pública; essa força é então instituída para vantagem de todos e não pela utilidade particular aos quais é confiada.” O dispositivo seguinte completou: “XIII – Para manutenção da força pública e para os gastos de administração, uma contribuição comum é indispensável; ela deve ser igualmente repartida entre todos os cidadãos na razão das suas faculdades.”

A par disso, o poder de polícia é indispensável para realizar o disposto no art. 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que reconhece o “direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. Tanto que, à vista do precedente de lhe destinar suporte tributário pela via constitucional, tramita no Senado a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 22/2001, de minha autoria, dispondo so-

bre a aplicação da receita resultante de impostos para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública.

A segurança pública constitui um dos alicerces do Estado democrático de direito, enquanto combinada com a educação, saúde, justiça, liberdade dos cidadãos e garantias dos direitos individuais. Recebeu sua primeira menção num texto constitucional brasileiro ao surgir a “**Constituição Política do Império do Brasil**”, em 25 de março de 1824.

Em 1891, quando se proclamou a primeira Constituição republicana, a segurança pública prosseguiu difusa no texto constitucional, sem menção específica aos seus órgãos executores. A palavra “polícia”, porém, constava de vários dispositivos. Na Declaração de Direitos (art. 72, §8º), figura no rol do que se destinava a assegurar “a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade”. Aliás, a Carta, embora de natureza republicana, acolheu vários propósitos dos constituintes do Império, com implicações na segurança pública.

Nesse campo, a subsequente Constituição dos Estados Unidos do Brasil, elaborada durante o Governo Provisório (16 de julho de 1934), parecia não introduzir significativas alterações, mas um exame aprofundado do texto revela que, apesar da ênfase nos interesses de Estado e não na plena cidadania, o sistema de segurança pública se estava consolidando. Entre as competências privativas da União (art. 5º), os constituintes de 1934 consignaram a de legislar sobre “organização, instrução, justiça e garantias das forças policiais dos Estados e condições gerais da sua utilização em caso de mobilização ou de guerra”.

Por sua vez, a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, outorgada pelo Estado Novo em 10 de novembro de 1937 e conhecida como “Polaquinha”, devido às semelhanças com a constituição polonesa, priorizava o que entendia premente em matéria de segurança do Estado e soberania nacional. A União passou a legislar com exclusividade sobre “o bem-estar, a ordem, a tranquilidade e a segurança públicas, quando o exigir a necessidade de uma regulamentação uniforme”. Aí se incluiu a “organização, instrução, justiça e garantia das forças policiais dos Estados e sua utilização como reserva do Exército”.

Com a retomada da via democrática em 1946, a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 18 de setembro, atribuiu à União competência para legislar sobre a “organização, instrução, justiça e garantias das polícias militares e condições gerais da sua utilização pelo Governo Federal nos casos de mobilização ou de guerra”. Os termos “polícias militares”

e “polícia” repetem-se no capítulo Dos Direitos e das Garantias Individuais, que assegura “aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País” a inviolabilidade do direito à “segurança individual”.

Em 1964, a Constituição da República Federativa do Brasil, conseqüentemente à Revolução de 31 de Março, agrupou princípios que permaneciam esparsos nos textos constitucionais anteriores e, assim, inovou no campo da segurança pública para lhe conferir mais solidez. A Polícia Federal foi institucionalizada, mas o embasamento constitucional da Polícia Civil foi procrastinado, da mesma forma que na Emenda Constitucional nº 1, editada em 07 de outubro de 1969, a única historicamente reconhecida como Constituição autônoma.

Por fim, foi a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 a que, realmente, institucionalizou o sistema de segurança pública: dedicou-lhe o capítulo que inclui o art. 144, sublimou e articulou princípios dispersos nos textos constitucionais dos 184 anos anteriores.

Aliás, já no seu Preâmbulo, a Carta em vigor – uma lídima Constituição Cidadã – incluiu a segurança como direito entre os “valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias”. Além do mais, a segurança está expressa, no art. 6º, como um dos “direitos sociais”, em igualdade com a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Os ares libertários, que varriam o mundo e enfunavam as velas da Constituinte de 1988, tiveram o mérito de institucionalizar a segurança pública como o mais amplo e preciso sistema do gênero já visto no solo pátrio. Dedicaram-lhe definição magistral no **caput** do art. 144, como “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”, ao que lhe outorgarem atribuições das quais parecia carecer “para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”.

O art. 144 determina o exercício da segurança pública exclusivamente por intermédio da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Sem poder de polícia, exceto para a proteção de bens, serviços e instalações pertencentes aos Municípios, as guardas municipais figuram no §8º do art. 144, que atribui às prefeituras competência para constituí-las.

No intuito de robustecer a segurança pública com a ajuda das guardas, apresentei a PEC nº 87/99, em 24 de novembro de 1999, para modificar aquele dispositivo constitucional. Desejo, com ela, permitir ao sistema socorrer-se das guardas municipais, ampliando-lhes a atribuição para admitir seu emprego na “proteção das populações, bens, serviços e instalações dos municípios”, mediante convênios com os respectivos Estados e nos moldes que a lei determine. Entretanto, a PEC tramita há muito tempo na Câmara dos Deputados e foi aprovada por unanimidade no Senado Federal.

Pelos ditames constitucionais, as Polícias Civis devem ser dirigidas, obrigatoriamente, por delegados de carreira. Ressalvada a competência da Polícia Federal, atuam como polícia judiciária no âmbito estadual. O policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública pertencem às polícias militares. Aos corpos de bombeiros militares, além das demais atribuições feitas pela lei, cabe executar a “atividade de defesa civil”.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, há muitos espinhos nessa bela florescência institucional, a começar pela necessidade de concentrar esforços no resgate do amor-próprio dos policiais, mediante melhor remuneração, acompanhada de mais treinamento e reciclagem.

Até mesmo o fato de São Paulo ser o Estado que pratica os piores salários pagos a policiais do País não ofusca a realidade vivida em outras Unidades da Federação, também má remuneradoras daquele trabalho especializado e indissociável do permanente risco de morrer, isso é, da possibilidade de ter que se imolar em troca da vida de outrem.

Só se consegue ser um policial autêntico por vocação. Para obter sucesso no trabalho, ele empenha a alma e entrega a vida. Portanto, o salário, obrigação do Estado, deve bastar ao seu sustento e da família, com dignidade e respeito. E isso não está acontecendo em muitas partes do País.

Sei que há policiais morando em favelas, tamanha a carência de renda familiar. Muitas vezes, têm vizinhos bandidos. Quando são policiais militares, Coronel, suas esposas secam as fardas de seus maridos atrás da geladeira, depois de as lavar na pia, em vez de pendurá-las no varal, pois, se assim o fizessem estariam “denunciando” a profissão de seus maridos, que passariam a correr riscos de serem eliminados pelos marginais que moram na mesma região.

Sou policial do meu Estado, jamais negarei isso, aquele que mais amo e admiro. Tenho amor a essa profissão e – já disse e repito desta tribuna – defendê-la-ei a qualquer custo. Corre-me no sangue a vo-

cação irrefreável. Por isso, não posso me calar diante de tanta indignidade cometida contra aqueles que sei como pensam, agem e se sacrificam para proteger os cidadãos e a sociedade.

Além do mais, precisamos depurar e fortalecer o poder de polícia, com descortino e firmeza, mediante combate sistemático e inclemente à corrupção. Mas, para que isso ocorra de maneira sustentável, devemos alcançar patamares salariais condignos.

Evidentemente, em termos de remuneração, a maioria das providências está afeta aos governos estaduais. Todavia, algo sempre pode e deve ser feito na esfera federal. Por exemplo, precisamos instituir urgentemente o piso salarial dos policiais, como já fizemos no campo da educação para os professores.

A aprovação da PEC nº 549, que se encontra na Câmara pronta para ser votada, resgata a carreira jurídica para os delegados de polícia, conforme desejo dos Constituintes de 1988, e a Lei Orgânica, em discussão na Câmara, que é a Lei Geral de Polícia, conforme alertou-me o nosso Eduardo. Então, essas propostas estão em discussão, aliás, algumas delas já estão em pauta para serem votadas após o recesso eleitoral que acontece nas duas Casas.

Outro exemplo é o Projeto de Lei Complementar, que apresentei para regulamentar e melhorar a aposentadoria da mulher servidora policial – a nossa Corregedora, Dr^a Thaís, sabe a importância disso. Tem o PLS nº 149, de 2001, complementar. Entretanto, da mesma forma que a PEC, relativa às guardas municipais, continua empacada na Câmara dos Deputados, depois de ter sido aprovada no Senado.

Defrontamo-nos ainda com a necessidade de resgatar o princípio da autoridade, um dos mais importantes alicerces do Estado democrático de direito. Em sua preservação, laboram os delegados de polícia com grande parcela de responsabilidade. Para que possam exercer autoridade tranquilamente, dentro da lei, mas sem timidez, apresentei ao Senado três Propostas de Emenda à Constituição, que receberam os números 26/1998, 28/1999 e 18/2004. As duas primeiras PECs destinam-se a garantir, constitucionalmente, o regime dos delegados de polícia de carreira. A outra acrescenta parágrafo ao art. 144 para estender-lhes a garantia da inamovibilidade.

Encerro a minha fala, Sr. Presidente, com veemente agradecimento aos nobres Pares que me acompanharam no pedido da sessão especial para celebrar a instituição da Polícia Civil brasileira há 200 anos. Agradeço igualmente a todos os que aprovaram o requerimento em Plenário.

Como ex-integrante da Polícia Civil paulista e da Polícia Federal, ambas dedicadas à atividade de polí-

cia judiciária no respectivo nível jurisdicional, sinto-me emocionado e agradecido por ver o Senado da República reverenciar a organização à qual devotei a maior parte de minha existência.

Agradeço aos senhores a atenção e peço desculpas pela demora na leitura do meu pronunciamento.

Muito obrigado, senhores. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Romeu Tuma, a Presidência do Senado se associa a V. Ex^a nesta manifestação justa de homenagem aos 200 anos de criação da instituição Polícia Civil brasileira.

V. Ex^a fala como um operário da Polícia brasileira. Fala como cardeal da Polícia brasileira, o que conseguiu ser ao longo da sua história. Fala como alguém que nunca separou os seus sentimentos de vida, de pessoa humana com os de Polícia. Nunca conseguiu.

Ouvindo V. Ex^a, lembrava-me da minha própria condição de médico. Vivo sempre com uma saudade intensa dos hospitais e das UTIs, onde trabalhei muitos anos da minha vida, e sei do respeito que V. Ex^a tem a essa atividade profissional.

Entendo que, ao estabelecer a pauta de reivindicações da Polícia Civil brasileira, que tramita no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, V. Ex^a cobra desta Instituição sensibilidade e solidariedade. Aí, ocorreu-me a lembrança dos pais e das mães desses policiais que saem de suas casas para correrem risco de vida em favor de outros. Os pais desses filhos que estão nessa caminhada ficam aflitos, em suas casas, pelo risco de vida que seus filhos correm. Isso deve ter um significado muito grande para a democracia.

Ocorreu-me também lembrar, ouvindo V. Ex^a em sua sabedoria e experiência, que a política vive realidade semelhante, assim como a saúde. Muitas vezes, mostra-se apenas o lado negativo da Polícia Civil; muitas vezes mostra-se apenas o lado negativo da política; expressa-se apenas o lado negativo da saúde, quando temos histórias de vidas exemplares dentro dessas instituições, que deveriam ser consideradas. Ninguém vai edificar uma democracia forte enfraquecendo as instituições.

Acho que a Polícia Civil deve ser tratada com orgulho, pois são salvadores de vidas deste País.

Ao passar a Presidência desta sessão especial a V. Ex^a, deixo, mais uma vez, meus cumprimentos ao Dr. Carlos Eduardo Benito Jorge, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia, ao Dr. Maurício Lemos Freire, Diretor-Geral da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

Espero que esta sessão signifique avanço na respeitabilidade e na construção da Polícia que o Brasil deseja ver consolidada e edificada.

Lembrei-me de uma frase que interpreta um dos princípios fundamentais do cristianismo: a força não deve ser usada para arrombar a porta, mas para suportar as dificuldades do dia-a-dia.

Muito obrigado. (Palmas.)

Transmito a Presidência desta sessão a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Agradeço ao Presidente, Senador Tião Viana, que presidiu a abertura desta sessão. S. Ex^a é um médico dedicado e intenso em sua profissão; um grande Senador da República, que se tem-mostrado inconfundivelmente ético na condução de sua representatividade Parlamentar.

Ao dar continuidade a sessão, concedo a palavra ao Dr. Maurício Lemos Freire, Diretor-Geral da Polícia do Estado de São Paulo e Presidente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia, para falar em nome de todos os Delegados-Gerais e Chefes de Polícia do Brasil.

O SR. MAURÍCIO LEMOS FREIRE – Muito bom-dia a todos.

Eminente Senador Romeu Tuma, que preside esta sessão, meu primeiro chefe de polícia, meu eterno chefe de polícia – Dr. Tuma, trabalhar sob o seu comando é a maior honraria que um policial civil pode conquistar –; Dr. Carlos Eduardo Benito Jorge, Presidente da nossa Adepol; permitam-me, apenas a título de economia processual, quebrar o protocolo e cumprimentar a todas as autoridades já nominadas, agradecendo a presença do Senador Tião Viana e dos Chefes de Polícia Civil do Brasil aqui presentes, dos nossos co-irmãos da Polícia Militar, dos nossos policiais civis, das senhoras e dos senhores.

É uma alegria indescritível comparecer ao Senado Federal para participar desta importante homenagem à Polícia Civil. Nos meus 32 anos de serviço policial, jamais pensei merecer tamanha honraria. E estar aqui hoje representando o Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil é uma deferência inestimável.

A Polícia Civil brasileira comemora, neste ano de 2008, seu bicentenário. Sua história se confunde com a história do Brasil, pois a chegada da família real em nossas terras, de certa forma, dá origem à instituição policial civil.

Não quer dizer que não existissem policiais antes disso, até porque, conforme documentação arquivada no Museu Nacional do Rio de Janeiro, registros policiais datam de 1530, quando da chegada de Martim Afonso

de Sousa, enviado ao Brasil Colônia por Dom João III. Sua história revela que, no dia 20 de novembro daquele longínquo ano, a Polícia brasileira iniciava suas ações promovendo justiça e organizando serviços de ordem pública nas terras conquistadas do Brasil.

Nessa época, os policiais utilizavam, para identificarem-se, as cores de Portugal, vermelho e verde, às vezes com a predominância de uma, ora de outra. As identificações serviam para adornar as roupas ou recobrir as armas (lanças ou espadas) e, ao longe, caracterizar os representantes do Rei no combate ao crime, sempre em caráter civil.

Em 1621, o território brasileiro foi dividido em dois Estados: o do Brasil, com sede em Salvador, e o de Maranhão, com sede em São Luís do Maranhão. O objetivo era melhorar a defesa militar da região norte e estimular a economia e o comércio regional com a metrópole. Nessa ocasião, surgiu o esboço da primeira organização policial com sede instalada no Campo de Santana, em Salvador.

Em 16 de janeiro de 1760, o Rei de Portugal criou o cargo de Intendente Geral da Polícia da Corte e do Reino, com amplos poderes e ilimitada jurisdição, estendendo-se, portanto, para o Brasil, com o objetivo de garantir a ordem, a segurança e a paz pública. Os delegados e subdelegados do Intendente eram seus representantes nas vilas e cidades.

Esse tipo de serviço perdurou até a chegada do Príncipe D. João ao Brasil, em 22 de janeiro de 1808, na cidade de Salvador. Até essa época, no Brasil, a coordenação de serviços policiais era feita pela Intendência-Geral de Polícia, que para se identificar, utilizava uma lança de oito palmos, um palmo de ponta e sete palmos de cabo, símbolo do poder policial. O cabo era adornado com duas fitas, uma verde e outra vermelha, de mesmas larguras, que recobriam toda a madeira da arma. Como esse órgão ainda se submetia aos ordenamentos da Corte Portuguesa, a Intendência-Geral de Polícia de Portugal foi extinta e, mediante o Alvará Régio de 10 de maio de 1808, firmado por Dom José Fernando, de Portugal, Príncipe Regente, foi criada a Intendência-Geral de Polícia de Estado do Brasil, ocupada pela primeira vez pelo Desembargador Paulo Fernandes Viana, também Ouvidor da Corte, incumbido, imediatamente, de criar suas diversas seções do serviço policial.

Uma das primeiras disposições do primeiro Chefe de Polícia Civil do Brasil e que acarretou o termo “polícia judiciária” para identificar as atividades da Polícia Civil foi o de mandar retirar as fitas vermelhas e verdes das lanças identificadoras, substituindo-as por fitas pretas e brancas, que passaram a simbolizar o trabalho diuturno da polícia e caracterizar uma nova fase de organização da Polícia Civil.

Pelo Alvará de 10 de maio de 1808, a Polícia Civil foi organizada da seguinte maneira: um funcionário de nível superior, encarregado de fiscalizar teatros e diversões públicas; um funcionário encarregado do registro de veículos, embarcações e fretes; um outro encarregado de passaporte e fiscalização de estrangeiros; um praticante; um alcaide, que tinha atribuição de investigação criminal; um escrivão e dez meirinhos, que agiam como agente auxiliar dos serviços cartorários.

D. João VI queria uma polícia eficiente, visando a precaver-se contra espões e agitadores estrangeiros, não sendo essa organização, portanto, um mecanismo repressor somente de crimes comuns. Sua idéia era dispor de um corpo policial que amparasse a Corte de informes e informações, ou seja, de atividades de inteligência. Essa polícia, idealizada e organizada por D. João VI, foi a origem da polícia judiciária no Brasil.

Em 3 de dezembro de 1841, com o recrudescimento da criminalidade e em razão da absoluta incapacidade operacional dos magistrados para cuidarem, também, das questões de polícia, a Lei nº 261, regulamentada pelo Decreto nº 120, de 31 de janeiro de 1842, modificou o Código de Processo Criminal e reestruturou a Polícia Civil. Essa lei criou em cada Município da Corte e em cada Província um Chefe de Polícia, constando com o auxílio de delegados e subdelegados, nomeados pelo Imperador ou pelos Presidentes das Províncias. Ao Chefe de Polícia e ao Delegado cabiam, inclusive, atribuições próprias de Juiz, como expedir mandados de busca, conceder fianças, julgar crimes comuns e, ainda, proceder à formação de culpa. O Decreto nº 120, de 31 de janeiro de 1842, definiu as funções da Polícia Administrativa e Judiciária, colocando-as sob chefia suprema do Ministro da Justiça.

Tanto os prédios das chefias de polícia quanto às delegacias eram pintados de branco com os detalhes (janelas, portas etc) em preto. Isso para que fossem identificados por qualquer pessoa em qualquer lugar que estivesse na Corte.

Mais tarde, em 1871, a Lei nº 2033 separou Justiça e Polícia de uma mesma organização e trouxe algumas inovações que perduram até os nossos dias, como, por exemplo, o Inquérito Policial.

Devo confessar que ficaria por horas falando da história, da evolução, dos conceitos, enfim, eu ficaria aqui por horas falando do que mais gosto, falando do que sei fazer, que é Polícia. Entretanto, essa incursão histórica já muito bem feita de maneira brilhante, pelo nosso Dr. Tuma, teve o objetivo de traçar para o conhecimento de todos um panorama sobre a origem da Polícia Civil. Essa instituição fica entranhada em

todos os que dela fazem parte, e o Senador Romeu Tuma certamente confirmará esses sentimentos que aqui exponho.

Senador, muito obrigado por se orgulhar de suas raízes.

Como todos sabem, o Senador Romeu Tuma é nosso eterno delegado de Polícia. Nem sua dedicação extremada à Polícia Federal tirou de nós o orgulho de dizer que esse exemplo de ser humano, esse profissional dedicado, esse Senador atuante é nosso Delegado de Polícia de São Paulo que de nós não se esquece, tampouco se distancia. E o requerimento nº 810, de 2008, aprovado no dia 13, de sua iniciativa, para que esta cerimônia acontecesse é uma das demonstrações mais recentes desse amor pela Polícia.

Muito obrigado novamente, Senador, e muito obrigado a todos os Exm^{os}. Senadores que, com benevolência, aquiesceram a esta propositura tão importante para todos os policiais civis do Brasil.

Diz-se que essa é uma das demonstrações mais recentes de amor do Senador Romeu Tuma pela Polícia, porque a maior de todas as demonstrações atende pelo nome de Romeu Tuma Júnior – filho do Senador e Delegado de Polícia, afastado de suas funções na Polícia Civil de São Paulo para exercer a honrosa missão de Secretário Nacional de Justiça. Todos os que são pais conseguem dimensionar o orgulho e o exemplo que significa ter um filho seguindo nossos passos.

É em razão dos exemplos que deixamos e do amor que temos pela instituição Policial que tenho repetido tanto nas reuniões do Conselho da Polícia Civil em São Paulo quanto nas reuniões com os Chefes das Polícias Cíveis dos Estados, no Conselho Nacional, que cabe a nós a polícia do futuro. Nós, policiais, a sociedade e os eleitos pelo povo têm a responsabilidade de construir uma polícia ainda melhor para nossos filhos e netos.

Depende de nossas ações fazer por merecer uma homenagem quando dos 250 anos da Polícia Civil brasileira. Nós estamos, dia-a-dia, construindo a Polícia contemporânea, a Polícia que é operacional, eficiente e eficaz, a Polícia legalista, a Polícia inteligente. Cabe a nós sedimentar a Polícia que todos queremos, a Polícia que trabalha substituindo a força pela inteligência, a Polícia tecnológica, a Polícia que sabe diferenciar o criminoso do cidadão de bem;

Cabe a todos nós demonstrar que as Polícias fazem parte das forças do bem e, por isso, precisam de todos os que são do bem ao seu lado, ajudando sempre a aperfeiçoá-la. A Polícia de todos nós – de cada um dos Estados brasileiros – é formada por homens e mulheres da nossa sociedade, é formada por brasileiros e brasileiras que são do bem, que contribuem

com a sociedade, que pagam impostos e que não raras vezes sacrificam o convívio familiar, quando não sacrificam as próprias vidas, em benefício de pessoas que nem sequer conhecem.

Para que esta cerimônia esteja acontecendo agora – tenham certeza – muitos policiais foram destacados e estão trabalhando há dias, para que tudo transcorra na mais perfeita ordem e segurança.

Os nossos judiciosos Constituintes, quando sagraram à Segurança Pública o art. 144 da Constituição Federal – a nossa Constituição Cidadã, que em breve completará 20 anos –, o fizeram com profunda sabedoria, estabelecendo: “Segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”.

E o Senado Federal, hoje, contribui sobremaneira com as suas Polícias, ao instituir uma homenagem tão justa, tão digna, que não se restringe às instituições policiais brasileiras, mas alcança cada homem e mulher policial que aqui está e a cada um desses homens e mulheres que ficou trabalhando ali nas ruas, nas delegacias, em nossos Estados, para que todos nós fiquemos bem.

Obrigado, Senador Romeu Tuma.

Obrigado, Exm^{os}. Srs. Senadores.

Esta homenagem à Polícia Civil brasileira é uma mostra de consideração e respeito para com todos os policiais civis.

Muito obrigado e bom dia a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Cumprimento o Dr. Maurício e passo a palavra ao Dr. Eduardo para falar em nome de todos os delegados do Brasil.

O SR. CARLOS EDUARDO BENITO JORGE AIRES – Sr. Presidente da Mesa, Senador Romeu Tuma, delegado de polícia, que muito bem representa o Estado de São Paulo e está presidindo a sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, depois da aula elaborada pelo Senador Romeu Tuma sobre a Polícia Civil nos seus 200 anos, complementada pelo dirigente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia, Dr. Maurício Lemos Freire, gostaria de acrescentar poucas coisas.

Inicialmente, cumprimento cada um dos representantes das entidades de todas as classes que preenchem a Polícia Civil, cada um dos representantes de associações, de sindicatos, de chefes de polícia, de oficiais da Polícia Militar, dos senhores e das senhoras aqui presentes. É fundamental para o cidadão brasileiro a existência da Polícia Civil, dos policiais, dos senhores e das senhoras, buscando, cada dia mais, o direito do cidadão brasileiro. O policial civil, que é chefiado pelo delegado de polícia, é cada um, por si só, o grande guardião do direito de todos os brasileiros.

Cumprimento a todos. Nos 200 anos da Polícia Civil, todos os policiais, todas as senhoras e os senhores têm o mesmo objetivo: uma segurança à altura para todo cidadão brasileiro.

O Senador Romeu Tuma, delegado de polícia de carreira do Estado de São Paulo, que iniciou sua carreira com meu saudoso pai, como investigador de polícia, e que muito bem representa a Polícia Civil do Brasil até hoje ainda e aqui neste Senado Federal, salientou a necessidade do aperfeiçoamento da legislação que garante a todo policial uma melhor estrutura na base. Nossa Constituição completará 20 anos nos próximos dias, e ainda não ocorreu a regulamentação necessária para seu total desempenho. Só conseguiremos isso por meio da Lei Geral de Polícia, tão prometida, encaminhada recentemente pelo Governo ao Congresso Nacional, à Câmara Federal.

Com isso, espero que todos os policiais, senhoras e senhores, tenham a possibilidade de melhor desempenhar sua função, como merece o povo brasileiro e como desejamos continuar prestando.

Quero aqui dizer a todas as entidades da Polícia Civil e aos oficiais da Polícia Militar aqui presentes que temos muito orgulho de pertencer à Polícia Civil, e estamos à disposição do povo brasileiro.

Como hoje é uma data tão-somente de comemoração, solicito a todos que continuem exercendo suas funções como fizeram até hoje. Cumprimento a todos, desejando um ótimo dia.

Parabéns a todos! Parabéns aos Senadores, que, junto com o Senador Romeu Tuma, propuseram esta homenagem à Polícia Civil, tão sofrida e tão diferenciada por alguns segmentos!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Obrigado, Dr. Carlos Eduardo.

Pediria ao Coronel Maia, Corregedor-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal e representante do Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, que fizesse uso da palavra.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS SOARES

MAIA – Exm^o Sr. Senador Romeu Tuma, Presidente desta sessão, senhores delegados chefes de polícia e dirigentes de Polícia Civil do Brasil, senhores agentes, senhores oficiais da Polícia Militar aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores, muito bom dia.

Sr. Senador Romeu Tuma, gostaria de, inicialmente, agradecer a V. Ex^a pela oportunidade que me concede de poder me dirigir a uma assembléia tão seleta como esta aqui presente.

Em princípio, a história tem mostrado, e V. Ex^a, em seu pronunciamento, mostrou muito bem, que as origens da Polícia Civil e da Polícia Militar se fundem. É um só embrião, um só sentimento.

Nós, policiais militares e policiais civis, lutamos diuturnamente contra o crime. É uma luta insana, uma luta que não tem trégua. Dia a dia, estamos aí para defender a sociedade, com o risco da própria vida.

Não seria diferente o sentimento da Polícia Militar do Distrito Federal. É uma satisfação poder estar aqui presente neste momento e parabenizar a todos os policiais civis por esta data e a todas as Polícias Civis do Brasil. Em nome do Coronel Cerqueira, Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, e em meu nome, parabenizo a todos, e peço a Deus que os proteja na sua magna missão.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Sinto uma alegria imensa pela oportunidade que tive de colocar na tribuna dois grandes delegados e o coronel. Não é norma da Casa que pessoas que não sejam do corpo de Senadores usem da palavra, mas a sensibilidade daqueles que dirigem a Mesa do Senado fez com que concordassem comigo que fazia parte de uma homenagem desta dimensão – a comemoração de 200 anos da criação da Polícia Civil, depois desmembrada para a área de Polícia Militar – uma palavra daqueles que, profissionalmente, se entregam a essa nobre missão.

De forma que a alegria e a emoção tomam conta do meu ser. Agradeço ao Maurício por ter citado o meu filho, que é um apaixonado pela polícia também. Lembro-me de que, com 12 anos, ele não me largava na delegacia – tinha um amor profundo. Os delegados, os colegas investigadores, gostavam de levá-lo para passear. Em diligência, não admitia, mas, se deixasse, ele queria ir também. Então, hoje, já com o cargo de classe especial, foi Deputado Estadual, reconhecido pelo trabalho que desenvolveu à frente de algumas unidades policiais, e, convidado pelo Presidente Lula, hoje é o Secretário Nacional de Justiça. Não está presente porque, infelizmente, teve um problema de saúde e está hospitalizado, mas já ligou, chorando, para agradecer a todos, ao Maurício, ao Eduardo, pela amizade e pelo carinho com que é tratado. Ainda que afastado da Polícia Civil de São Paulo, exerce a atividade como delegado de polícia, uma missão nobre numa Secretaria que tem praticamente toda a atividade voltada para a Polícia Judiciária – claro que na atividade fim, mas o seu valor é imenso.

Quero agradecer ao Maurício Lemos Freire – que é meu Delegado Geral – e ao Carlos Eduardo Benito Jorge, que é meu Presidente na instituição nacional de delegados de polícia, e ainda ao Delegado da Polícia Federal, Dr. Caio Christovam Ribeiro, que hoje está trabalhando comigo e que tão bem representa essa Polícia, que tem se atualizado e evoluído na sua

missão. Hoje, passa por algumas amarguras em razão de trabalhos sérios que vem desenvolvendo; o poder econômico faz uma pressão muito grande sobre a autoridade policial, infelizmente, mas nós temos que estar permanentemente vigilantes, e a solidariedade dos delegados e dos policiais tem um valor imenso numa hora de agonia e de sofrimento daqueles que nos representam em atividade de chefia.

Quero homenageá-los a todos e continuarei, enquanto Deus me der vida, a ter no sangue as células de policial para poder continuar lutando por aquilo que, objetivamente, as senhoras e os senhores achem importante para o desenvolvimento dessa nobre missão. Eu diria, Coronel – V. S^a disse: “Deus abençoe...” –, que é o exemplo de Deus, que deu para o médico a possibilidade de curar e deu para o policial a de cuidar, eu diria, sem muita ofensa, do “esgoto da sociedade”, do sofrimento do cidadão que, por não ter melhores condições de vida, às vezes, ingressa no crime, no tráfico de drogas. E o delegado tem a obrigação de cuidar para que isso não aconteça.

Certo dia, eu conversava com um cidadão desesperado, que levou à delegacia um filho viciado em drogas. Fui professor na Academia, graças a Deus, e numa aula eu dizia que, quando o delegado de polícia recebe um cidadão em desespero, com filho ou familiar usuário de drogas, qual o pensamento do policial? Descobrir quem é o traficante. Mas temos alguma coisa fora disso, que está no nosso coração, na nossa alma, que é tentar salvar a família daquele pai sofrido. Deixamos os traficantes, para depois irmos atrás deles, e buscamos encontrar um caminho para que esse jovem, esse garoto consiga sair e se desgarrar do vício de ser usuário, porque senão amanhã, sem dúvida, será mais um traficante.

O delegado tem missões importantes de sacerdócio, ele é um sacerdote da sociedade, ele tem a missão, eu diria, cristã de produzir meios para que o cidadão se sinta seguro e com confiabilidade de procurá-lo quando necessário.

Hoje, as igrejas são fechadas à noite pelo medo dos ladrões, mas as delegacias de polícia, os quartéis ficam abertos 24 horas, e os delegados têm a obrigação, institucionalizada dentro da sua alma, de receber qualquer cidadão em aflição durante o dia, durante a madrugada.

Quantas vezes, como chefe de polícia em São Paulo, de madrugada, ligava alguém que tinha tido o carro furtado. Falavam: “O senhor vai atender, às 3h da manhã, a alguém que teve o carro roubado?”. Eu falava: “Qual é a coisa principal desse cidadão? É o carro, seu patrimônio, e ele não tem dinheiro para comprar outro. Então, sou uma pessoa que tem de atendê-lo, de buscar alguém para resolver, para tentar dar uma confiabilidade de que alguém está prestando atenção na agonia, na busca dele de recuperar o bem que ele perdeu”. Acho que é isso.

A missão sacerdotal do delegado de polícia é importantíssima para darmos continuidade a esse trabalho de bem servir à sociedade. A PM tem alguns militares que hoje trabalham eficientemente contra o uso de drogas. Lá em São Paulo, nós temos o Coronel Ferrarini, que é Deputado e vem há alguns anos trabalhando nessa missão de combater o tráfico de drogas. Essa união é importantíssima.

Temos três setores que têm de se unir na busca de diminuir a criminalidade e buscar os criminosos para que não continuem a praticar o delito: a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Ministério Público. Não temos de ter nenhuma dicotomia entre nós; temos de somar, somar, somar. Agora, também é importante que os salários não sejam diferenciados, porque fica aquela dificuldade: “Por que tenho de fazer o trabalho mais grave e estou sujeito a morrer e ganhar metade de quem tem outra missão importante, mas não corre os riscos que a polícia corre?”.

Peço desculpas pelo desabafo, mas agradeço aos senhores. Enviarei aos dois presidentes a fita desta cerimônia, para que fique nos arquivos da Polícia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – O Sr. Senador Valdir Raupp enviou discurso à Mesa, alusivo à presente homenagem, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, S^{rs} e Srs. Senadores, na qualidade de líder do PMDB nesta Casa, é com grande satisfação que me junto à iniciativa do Senador Romeu Tuma para homenagear as Polícias Cíveis de todo o Brasil.

Antigas de 200 anos, todas elas têm suas origens no Alvará do Príncipe Regente de Portugal, que, aos dez dias do mês de setembro de 1808, fazia saber ao reino a criação do cargo de Intendente-Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, nos mesmos moldes de seu equivalente em Portugal.

Desde logo a Intendência-Geral da Polícia estendeu a sua influência a todo o território brasileiro, disciplinando as relações dentro da sociedade.

A presença do Estado, por sua polícia, coibia crimes, atentados ou ameaças a pessoas e bens. Um novo padrão de segurança da população começava a se esboçar naqueles idos do início do século XIX.

Em tempos em que o Brasil era gerido como Estado unitário, vassalo do Reino de Portugal ou Império independente, a Intendência de Polícia era um órgão com jurisdição em todo o País.

Com o advento da divisão federativa na República, criaram-se as Polícias Cíveis estaduais, suas sucâneas.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a Polícia Civil, reconhecida como

instituição constitucional, passou a ser dirigida por delegados de polícia de carreira.

Este breve resumo da formação e consolidação das Polícias Cíveis em todo o Brasil serve-me de pretexto não só para homenagear a instituição.

Serve, também, Sr. Presidente, para evocar a importância das instituições públicas republicanas para o projeto de construção de uma sociedade justa e segura dentro do Brasil. E a polícia é uma das pilstras dessa construção.

A relação entre polícias e sociedade deve ser feita na forma do respeito mútuo. A polícia se fazer respeitar pela eficácia de sua ação, honorabilidade de seus membros e respeito aos direitos civis dos cidadãos.

À sociedade, se lhe cabe a cobrança de ser respeitada e protegida pela polícia, cabe, também, tudo fazer para que as autoridades policiais possam desempenhar suas funções a contento e que o serviço público que prestam seja valorizado por todos os membros das comunidades em que atuam.

S^{rs} e Srs. Senadores e autoridades presentes, a força de um Estado não está apenas no armamento que coloca nas mãos de seus agentes. Está, mais do que nunca, no respeito que impõe à sociedade.

Na certeza que desperta nos cidadãos de bem de que estarão protegidos. E na também certeza nos que buscam a marginalidade de que não ficarão impunes, leve o tempo que levar para que sejam punidos.

Esse é o grande paradigma que norteia a ação e a permanência da Polícia Civil em todos os Estados brasileiros. Com a convicção do serviço público inestimável que prestam, nossos policiais cíveis granjeiam o respeito e a admiração dos cidadãos.

Não há sociedade organizada sem polícias organizadas. Não há sociedades pacíficas sem punição da criminalidade. Não há sociedade moderna tranqüila sem o trabalho permanente de inteligência das polícias no monitoramento dos bolsões de marginalidade.

Num Brasil infelizmente atacado frente pelo crime organizado, a ação das polícias cíveis, integradas entre os diferentes Estados, é indispensável para que recuperemos o clima de paz que tanto desejamos.

Sr. Presidente, em nome da Liderança do PMDB, saúdo as Polícias Cíveis dos 26 Estados da Federação e do Distrito Federal, augurando que o passar do tempo as consolide como corporações modelares da sociedade brasileira, nas quais qualquer cidadão possa se apoiar para sua proteção e de sua comunidade.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 27 minutos.)

Ata da 165ª Sessão Não Deliberativa, em 4 de setembro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Alvaro Dias

*(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 6 minutos
e encerra-se às 14 horas e 31 minutos)*

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, o País levou meio século para conseguir a auto-suficiência de petróleo, com a ajuda da Petrobras. Foi uma longa e dura jornada...

O controle das reservas, bem como de sua exploração e distribuição, é condição crítica para a manutenção e ampliação da competitividade da economia.

Tal controle, Sr. Presidente, representa um fator de desequilíbrio entre as nações. Parte dos conflitos internacionais tem como pano de fundo as disputas por petróleo e fontes alternativas de energia.

A energia é essencial para o desenvolvimento, que vai gerar mais justiça social, aspiração fundamental de todos os países.

Uma das matrizes em que o Brasil se especializou ao longo dos anos é o etanol, uma fonte limpa, renovável e praticamente inesgotável.

Depois de altos e baixos, o setor vive um de seus melhores momentos, com um plano de expandir a produção para exportá-la em nível global. E Alagoas, Sr. Presidente, como maior produtor de cana do Nordeste, terá, sem dúvida, lugar de destaque.

De acordo com uma pesquisa da Unicamp, o etanol brasileiro poderá substituir 10% da gasolina no mercado mundial em 20 anos.

Tal levantamento indicou que, para o Brasil chegar a essa posição, será necessário investir R\$20 bilhões anuais em produção e logística. A estratégia pode ser a de exportar gasolina já misturada com etanol, em até 25%, como no mercado doméstico.

Nessa linha, Sr. Presidente, as novas descobertas do pré-sal ganham uma surpreendente dimensão estratégica para o Brasil.

Suas gigantescas reservas de petróleo leve serão exploradas e refinadas internamente, conduzindo o País a um grande crescimento da produção de etanol para exportação de ambos.

A primeira extração do pré-sal ocorreu nesta semana num poço, no Campo de Jubarte, que estará interligado à plataforma P-34.

Este poço está localizado a 70km da costa do Espírito Santo, com o óleo sendo extraído a 4.700 metros de profundidade. A previsão é de que o poço tenha vazão de até 18 mil barris de petróleo por dia.

De acordo com estimativas, o Brasil possui reservatórios que permitem supor reserva entre 70 bilhões e 90 bilhões de barris de óleo na camada de pré-sal.

Na hipótese mais realista, essas reservas elevariam o cacife brasileiro para 104 bilhões de barris, apenas 10% abaixo do Iraque, segunda maior potência do Planeta.

A produção diária brasileira, nesse caso, poderia evoluir dos atuais dois milhões para até dez milhões de barris, gerando exportações de até US\$100 bilhões anuais a partir de 2020.

São números, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que atestam a relevância estratégica do debate sobre o controle de nossa matriz energética. Recentemente, os Estados Unidos anunciaram a reativação de uma de suas frotas justamente em nossa região.

Para se ter uma idéia, o banco de dados da ANP que armazena os números de sísmica e as informações relativas aos métodos usados nas prospecções são sigilosos. Muitas dessas informações só podem ser divulgadas após determinado prazo, que pode chegar a cinco anos, dependendo do dado.

A descoberta do pré-sal, Sr. Presidente, permite visualizarmos uma nova realidade para o País. A riqueza ali existente poderá reinserir o Brasil, de uma forma diferenciada, no mundo globalizado. Arrisco dizer que a história econômica e social do País poderá ser dividida em antes e depois do pré-sal.

Assim, dependendo das decisões que tomarmos hoje quanto ao tipo de desenvolvimento que queremos para o nosso País, teremos amplas condições de corrigir a difícil situação social do nosso povo.

A exploração dessa riqueza deve ser combinada com uma política industrial nacional, capaz de recuperar a capacidade da produção brasileira e, inclusive, impulsionar também o nosso desenvolvimento científico e tecnológico. A geração de empregos será uma consequência inevitável de um ótimo cenário para a economia.

Por tudo isso – volto a alertar –, temos de refletir bem e debater todas as questões relacionadas ao pré-sal.

Quem deverá explorar essas riquezas? Como isso deve acontecer? A quem deve pertencer e para quem os resultados devem ser direcionados? Esses e outros questionamentos são respondidos pela legislação que normatiza a atividade petrolífera no Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, o aspecto central e estratégico desse debate está na definição do marco regulatório. É fundamental definirmos uma legislação atualizada para o petróleo. Será por meio do marco regulatório que poderemos garantir a posse e a exploração dessa riqueza, em nome dos interesses nacionais, atendendo às necessidades de desenvolvimento econômico e social do povo brasileiro.

Com esse instrumento, e com o amparo de nossas instituições, também poderemos evitar a dilapidação desse patrimônio. Por isso, Sr. Presidente, considero acertada a decisão do Governo de retirar essas reservas do processo das concessões sob a regra atual.

O desafio agora é garantirmos uma nova legislação, constituída a partir de premissas que dêem ao povo brasileiro segurança de que a sua descoberta energética será explorada. Fica evidente o papel que o Congresso Nacional, especialmente o Senado Federal, terá neste momento, assim como o dos órgãos governamentais que irão gerir esses recursos.

A Petrobras, na pessoa de seu Presidente Sérgio Gabrielli, é um exemplo de empresa moderna e eficiente.

O PMDB poderá contribuir enormemente, através de suas lideranças, de suas bancadas e de seus representantes na coalizão de Governo, como o Ministro Edison Lobão.

Aliás, o Ministro das Minas e Energia tem se mostrado um homem público consciente e antenado com as necessidades de nosso País e deverá, Srs. Senadores, ajudar a conduzir esse assunto com extremo bom senso – tenho absoluta certeza.

Nós podemos e devemos assumir um papel pró-ativo nas discussões do pré-sal, porque questões re-

lativas ao tema, como a distribuição dos *royalties* da exploração petrolífera, no âmbito federativo, são de competência do Senado Federal, que, como se sabe, é a Casa da Federação.

Os aspectos sociais, econômicos e de segurança jurídica da exploração do pré-sal estão sendo avaliados pelo Governo, por instituições do setor privado e pela comunidade acadêmica também. É chegada a hora de nós, Senadores, participarmos ativamente desse debate.

Estou me associando, neste momento, ao Presidente Garibaldi Alves Filho e a outros Senadores, como Renato Casagrande, Delcídio Amaral e Francisco Dornelles, que já se manifestaram favoravelmente à inserção do Senado da República nas discussões do pré-sal.

Para isso, Srs. Senadores, gostaria de sugerir que, este ano, o *Fórum Senado Debate Brasil*, evento que já faz parte do calendário desta Casa, trouxesse como principal eixo o pré-sal. Acredito que essa iniciativa, além dos debates nas comissões, ajudarão a democratizar ainda mais essa discussão, que é, verdadeiramente, Senador Alvaro Dias, de interesse nacional.

O Brasil tem pressa. Sua desigualdade social e seu povo não podem esperar. Mas não é e não será por falta de riqueza que faltarão educação, saúde, segurança pública e qualidade de vida para a grande maioria do nosso povo.

A dimensão das descobertas do pré-sal e a responsabilidade ética com as futuras gerações exigem decisões abertas, em conjunto com a sociedade. E é isso o que pretendemos continuar fazendo aqui no Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Obrigado, Senador Renan Calheiros.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 327, DE 2008

Altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, para regulamentar a instituição, em cada ramo do Ministério Público da União e em cada Ministério Público dos Estados, de conselhos encarregados do acompanhamento e fiscalização dos pedidos de interceptação telefônica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

§ 1º Serão instituídos, em cada ramo do Ministério Público da União e em cada Ministério Público dos Estados, conselhos encarregados do acompanhamento e fiscalização dos pedidos de interceptação telefônica, inclusive com poderes para, independentemente de aviso ou prévia autorização dos responsáveis, fazer auditorias, a qualquer tempo, nas instalações das unidades de segurança pública que mantenham equipamentos de interceptação ou monitoração telefônica e verificar a existência de interceptações irregulares ou o descumprimento de determinações do próprio conselho.

§ 2º Em qualquer hipótese, os pedidos de interceptação de comunicações telefônicas serão comunicados ao conselho de que trata o § 1º, antes do início do serviço de interceptação.

§ 3º O conselho de que trata o § 1º manterá, de forma centralizada, controle de todos os requerimentos de interceptação de comunicações telefônicas, em banco de dados que informe, além do telefone interceptado:

- I – data da solicitação;
- II – autoridade solicitante;
- III – resumo da fundamentação que motivou o pedido;
- IV – dados cadastrais completos, inclusive número de documento de identidade e do cadastro de pessoa física do Ministério da Fazenda e endereços, do titular da linha telefônica;

V – identificação do telefone monitor, bem como os dados cadastrais de sua titularidade;

VI – se autorizada a interceptação, identificação do magistrado que concedeu a autorização e do membro do Ministério Público responsável pelo acompanhamento, prazo de duração da interceptação e número de vezes que foi solicitada a ativação ou renovação do pedido;

VII – concluídos os trabalhos de interceptação, relatório pormenorizado da autoridade responsável, informando os resultados dos trabalhos e as transcrições completas dos arquivos de áudio capturados.

§ 3º Na falta de algum dado para a formação do banco de dados de que trata o § 2º, esse será prestado pela autoridade solicitante ou pela operadora de telefonia, previamente à implantação do serviço de interceptação. (NR)”

“Art. 8º-A. Os dados obtidos na interceptação serão registrados em equipamento fora de rede e com cópia de segurança.

§ 1º A inserção ou o apagamento de qualquer dado de interceptação deverá ser feito mediante sistema de identificação biométrico ou por leitura da íris.

§ 2º Todas as solicitações de apagamento de dados deverão ser, previamente, comunicadas ao conselho de que trata o § 1º do art. 3º, para registro no banco de dados de que trata o § 3º do mesmo artigo.

§ 3º A comunicação de que trata o § 2º deverá ser acompanhada de cópia da respectiva solicitação e assinada pela autoridade solicitante, com sua identificação completa.

§ 4º Sem prejuízo do disposto no art. 9º, o apagamento de dados somente poderá ser feito com autorização judicial e será realizado com acompanhamento físico de dois membros do conselho de que trata o § 1º do art. 3º”

“Art. 9º-A. Na hipótese de as investigações não resultarem em prova contra o cidadão que foi alvo da interceptação telefônica, esse deverá ser notificado para tomar conhecimento do teor das acusações ou suspeitas alegadas contra ele, bem como para tomar conhecimento de todo o conteúdo das gravações feitas em seu telefone e se pronunciar, perante o conselho de que trata o § 1º do art. 3º, na presença da autoridade que houver solicitado a medida.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O tema das escutas telefônicas ganhou grande destaque na imprensa nos últimos dias. Apesar disso, a matéria já vem merecendo a preocupação de todos há muito tempo.

Impõe-se buscar aperfeiçoar os mecanismos de realização desse tipo de atividade que é, muitas vezes, imprescindível para a investigação criminal, mas que não pode ultrapassar os limites do devido processo legal e do Estado Democrático de Direito.

Nesse sentido, estamos apresentando a presente proposição, que visa a determinar a instituição, em cada ramo do Ministério Público da União e em cada Ministério Público dos Estados, de conselhos encarregados do acompanhamento e fiscalização dos pedidos de interceptação telefônica.

Esses órgãos, além de ter poderes de, independentemente de aviso ou prévia autorização dos responsáveis, fazer auditorias, a qualquer tempo, nas instalações das unidades de segurança pública que mantenham equipamentos de interceptação ou monitoração telefônica e verificar a existência de interceptações irregulares ou o descumprimento de determinações do próprio conselho, manterão um banco de dados completo sobre as interceptações telefônicas realizadas e em curso e controlarão o eventual apagamento de dados interceptados.

Essa providência, com certeza, dificultará, enormemente, a ocorrência de interceptações telefônicas irregulares e criminosas e significará mais um passo na direção das conquistas da cidadania dos brasileiros.

Sala das Sessões, 4 de setembro de 2008. – Senador **Alvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996

art. 5º, inciso XII da Constituição Federal

Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu

.....
.....
Art. 3º A interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, de ofício ou a requerimento:

I – da autoridade policial, na investigação criminal;

II – do representante do Ministério Público, na investigação criminal e na instrução processual penal.

.....
.....
Art. 8º A interceptação de comunicação telefônica, de qualquer natureza, ocorrerá em autos apartados, apensados aos autos do inquérito policial ou do processo criminal, preservando-se o sigilo das diligências, gravações e transcrições respectivas.

Parágrafo único. A apensação somente poderá ser realizada imediatamente antes do relatório da autoridade, quando se tratar de inquérito policial (Código de Processo Penal, art. 10, § 1º) ou na conclusão do processo ao juiz para o despacho decorrente do disposto nos arts. 407, 502 ou 538 do Código de Processo Penal.

Art. 9º A gravação que não interessar à prova será inutilizada por decisão judicial, durante o inquérito, a instrução processual ou após esta, em virtude de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada.

Parágrafo único. O incidente de inutilização será assistido pelo Ministério Público, sendo facultada a presença do acusado ou de seu representante legal.

.....
(*À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O projeto de lei, de minha autoria, tem por objetivo dificultar a ocorrência de interceptações telefônicas irregulares e criminosas e poderá significar um passo na direção das conquistas da cidadania dos brasileiros.

Sr^{as} e Srs. Senadores, aqueles que nos acompanham pela TV Senado, o objetivo é dificultar as interceptações telefônicas irregulares. Esse conselho terá, portanto, autoridade legal para realizar auditorias a qualquer tempo nas instalações de unidades de segurança pública que mantenham equipamentos dessa natureza.

Como se sabe, os governos estaduais importaram equipamentos sofisticados de Israel para escutas telefônicas. Esse conselho terá, portanto, autoridade legal, competência jurídica para promover auditorias e verificar se eventualmente existem interceptações irregulares, sem ordem judicial.

Enfim, o objetivo do projeto de lei apresentado não é gerar uma falsa expectativa de que o problema estará solucionado, mas é uma contribuição para o debate. Certamente, os Srs. Senadores haverão de oferecer sugestões para o aprimoramento dessa proposta, ao lado de outras propostas que já tramitam, inclusive com origem no Poder Executivo.

O importante a destacar é que não podemos ficar passivos diante da violência que se pratica no dia-a-dia deste País, especialmente essa que decorre de um escândalo de espionagem, escândalo esse denunciado inicialmente pela imprensa, obtendo a necessária repercussão no Poder Judiciário e uma tímida repercussão no Poder Legislativo.

De qualquer forma, é preciso que todos tenham a consciência de que a reação é necessária neste momento para que não se banalize, mais uma vez, um escândalo de proporções gigantescas, o que poderia significar, inclusive, uma crise institucional em nosso País.

Esta é mais uma contribuição para o debate que estamos apresentando e que terá o tratamento regimental a partir deste momento.

O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, DE 2008

Altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições de Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam excetuadas da restrição de que trata o inciso XIII do artigo 9º, da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, as pessoas jurídicas que se dediquem ao condicionamento físico.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

De acordo com as determinações da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, o SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES – foi criado com o objetivo de diminuir a carga tributária que incide sobre as microempresas, pessoas jurídicas com faturamento limitado a R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais) anuais.

Empresas de Pequeno Porte as que faturam acima de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais) até R\$1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais) anuais.

A empresa que optar pelo SIMPLES estará pagando conjuntamente todos os impostos federais discriminados a seguir: Imposto de Renda, PIS/Faturamento, Cofins, Contribuição Social sobre o Lucro, Contribuições do Empregador para o INSS e mais o IPI (desde que o produto seja tributado).

O inciso XIII, do artigo 9º, da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, impõe restrição a determinadas pessoas jurídicas de optarem pelo referido regime tributário especial.

A presente proposição tem como objetivo excluir as empresas de condicionamento físico daquela limitação, considerando a importância que referidas empresas adquiriram na vida moderna, com reflexos positivos em todos os setores sociais.

Ante as explicitações anteriores, submetemos a presente proposição ao superior conhecimento de

Vossas Excelências e aprovação pela importância da matéria.

Sala das Sessões, 4 de setembro de 2008. – Senador **Romeu Tuma**, PTB/SP.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1996

Vide Lei Complementar nº 123, de 2006

Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, SIMPLES e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei regula, em conformidade com o disposto no art. 179 da Constituição, o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, aplicável às microempresas e às empresas de pequeno porte, relativo aos impostos e às contribuições que menciona.

CAPÍTULO V

Das Vedações à Opção

Art. 9º Não poderá optar pelo SIMPLES, a pessoa jurídica:

I – na condição de microempresa que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais); (Redação dada pela Lei nº 11.307, de 2006)

II – na condição de empresa de pequeno porte que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais); (Redação dada pela Lei nº 11.307, de 2006)

III – constituída sob a forma de sociedade por ações;

IV – cuja atividade seja banco comercial, banco de investimentos, banco de desenvolvimento, caixa econômica, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedade de crédito imobiliário, sociedade corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidora de títulos e valores mobiliários, empresa de arrendamento mercantil, cooperativa de crédito,

empresas de seguros privados e de capitalização e entidade de previdência privada aberta;

V – que se dedique à compra e à venda, ao loteamento, à incorporação ou à construção de imóveis;

VI – que tenha sócio estrangeiro, residente no exterior;

VII – constituída sob qualquer forma, de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;

VIII – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no país, de pessoa jurídica com sede no exterior;

IX – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 2º;

X – de cujo capital participe, como sócio, outra pessoa jurídica;

XI – (Revogado pela Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)

XII – que realize operações relativas a:

a) (Revogado pela Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)

b) locação ou administração de imóveis;

c) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;

d) propaganda e publicidade, excluídos os veículos de comunicação;

e) **factoring**;

f) prestação de serviço vigilância, limpeza, conservação e locação de mão-de-obra;

XIII – que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachante, ator, empresário, diretor ou produtor de espetáculos, cantor, músico, dançarino, médico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista, contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário, fisicultor, ou assemelhados, e de qualquer outra profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida; (Vide Lei nº 10.034, de 24-10-2000)

XIV – que participe do capital de outra pessoa jurídica, ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes da vigência da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, quando se tratar de microempresa, ou antes da vigência desta Lei, quando se tratar de empresa de pequeno porte;

XV – que tenha débito inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

XVI – cujo titular, ou sócio que participe de seu capital com mais de 10% (dez por cento), esteja inscrito em

Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

XVII – que seja resultante de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento da pessoa jurídica, salvo em relação aos eventos ocorridos antes da vigência desta Lei;

XVIII – cujo titular, ou sócio com participação em seu capital superior a 10% (dez por cento), adquira bens ou realize gastos em valor incompatível com os rendimentos por ele declarados.

XIX – que exerça a atividade de industrialização, por conta própria ou por encomenda, dos produtos classificados nos Capítulos 22 e 24 da Tabela de Incidência do IPI – TIPI, sujeitos ao regime de tributação de que trata a Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, mantidas, até 31 de dezembro de 2000, as opções já exercidas. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.189-49, de 2001)

§ 1º Na hipótese de início de atividade no ano-calendário imediatamente anterior ao da opção, os valores a que se referem os incisos I e II do **caput** deste artigo serão, respectivamente, de R\$20.000,00 (vinte mil reais) e R\$200.000,00 (duzentos mil reais) multiplicados pelo número de meses de funcionamento naquele período, desconsideradas as frações de meses. (Redação dada pela Lei nº 11.307, de 2006)

§ 2º O disposto nos incisos IX e XIV não se aplica à participação em centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcio de exportação e associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, sociedades de garantia solidária e outros tipos de sociedades, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte, desde que estas não exerçam as atividades referidas no inciso XII.

§ 3º O disposto no inciso XI e na alínea **a** do inciso XII não se aplica à pessoa jurídica situada exclusivamente em área da Zona Franca de Manaus e da Amazônia Ocidental, a que se referem os Decretos-Leis nºs 288, de 28 de fevereiro de 1967, e 356, de 15 de agosto de 1968.

§ 4º Compreende-se na atividade de construção de imóveis, de que trata o inciso V deste artigo, a execução de obra de construção civil, própria ou de terceiros, como a construção, demolição, reforma, ampliação de edificação ou outras benfeitorias agregadas ao solo ou subsolo. (Incluído pela Lei nº 9.528, de 10-12-1997)

§ 5º A vedação a que se referem os incisos IX e XIV do **caput** não se aplica na hipótese de participação no capital de cooperativa de crédito. (Incluído pela Lei nº 10.684, de 30-5-2003)

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos,
em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 329, DE 2008

Determina que as empresas de condicionamento físico sejam consideradas unidades produtivas da área de saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As empresas de condicionamento físico são consideradas unidades produtivas da área de saúde, segundo a lista elaborada pela Coordenação do Instituto Nacional de Geografia e Estatística – IBGE – denominada Classificação Nacional de Atividades Econômicas-Fiscal; CNAE – Fiscal, de acordo com os padrões internacionais definidos no âmbito da ONU, para fins exclusivo de tributação.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A Classificação Nacional de Atividades Econômicas-Fiscal – CNAE-FISCAL – é um instrumento de identificação econômica das unidades produtivas do País nos cadastros e registros das três esferas da administração pública brasileira.

A Cnae-Fiscal está uniformizada nacionalmente de acordo com padrões internacionais definidos no âmbito da Organização das Nações Unidas – ONU e tem como objetivo a prestação de informação de qualidade nos cadastros de que a Administração Pública brasileira se apóia para tomar decisões e ações na área econômico-tributária.

A tabela de códigos Cnae-Fiscal foi aprovada e divulgada pela Comissão Nacional de Classificações – CONCLA – que é um órgão com a incumbência de promover no País a padronização das classificações utilizadas no sistema estatístico e nos cadastros e registros da Administração Pública brasileira.

A Cnae-Fiscal promove a identificação das atividades de maneira bem mais detalhada em todos os segmentos produtivos, estando estruturada em vários níveis hierárquicos, que abrangem toda a atividade econômica exercida no país.

Atualmente, as empresas de condicionamento físico estão inscritas naquele cadastro na ÁREA DE LAZER, a presente proposição objetiva transformá-la em atividade da ÁREA DE SAÚDE.

Ante o esclarecido, apresento o presente projeto de lei, conclamando os meus ilustres e eminentes pares do Congresso Nacional a aprová-lo, em virtude da importância da matéria, considerando que a prática de atividades físicas tornou-se, nos últimos anos,

como atividade fundamental para a saúde pública brasileira.

Sala das Sessões, 4 de setembro de 2008. – Senador **Romeu Tuma**, PTB/SP.

(Às Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 2008
(Nº 931/2007, na Casa de Origem)

Acrescenta parágrafo ao art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para definir crimes de responsabilidade de Secretários Municipais e de titulares de órgãos municipais de procuradoria jurídica e de controle interno.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, renumerando-se os atuais §§ 1º e 2º para §§ 2º e 3º, respectivamente:

“Art. 1º

§ 1º Sem prejuízo da apuração de improbidade administrativa, são crimes de responsabilidade dos secretários Municipais e dos titulares de órgãos municipais de procuradoria jurídica e de controle interno, qualquer que seja a denominação dos cargos respectivos:

I – os atos definidos neste artigo, quando por eles ordenados ou praticados, ainda que por ordem superior;

II – os atos definidos neste artigo por eles assinados, juntamente com o Prefeito.

..... ” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 931, DE 2007

Acrescenta parágrafo ao art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para definir crimes de responsabilidade de Secretários Municipais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, renumerando-se os atuais § 1º e § 2º para § 2º e § 3º respectivamente:

“Art. 1º

§ 1º São crimes de responsabilidade dos Secretários Municipais:

I – os atos definidos neste artigo, quando por eles praticados ou ordenados;

II – os atos definidos neste artigo que os Secretários Municipais assinarem com o Prefeito ou por ordem deste praticarem.

.....” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Todos os Prefeitos e Vereadores em nosso País estão sujeitos a responder pela prática de crime de responsabilidade, nos termos do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967. À lista original de quinze distintas hipóteses de crime de responsabilidade dos Prefeitos foram acrescentadas pela Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, outras oito condutas que sujeitam os titulares do Executivo municipal às cominações previstas naquela norma legal.

Cabe destacar que esses acréscimos têm por objeto condutas em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000). Estão, portanto, os Prefeitos sujeitos à perda do mandato e à inabilitação, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, se cometerem qualquer descuido na gestão financeira do Município.

Tal situação reveste-se de flagrante injustiça uma vez que, em sua rotina de trabalho, os Prefeitos praticam inúmeros atos de gestão financeira e orçamentária, sempre orientados e assistidos pelos Secretários Municipais. Esses não respondem, contudo, pelos mesmos crimes, porque a lei assim não prevê. É importante assinalar que tal situação contrasta com o que ocorre nas esferas federal e estadual: os crimes de responsabilidade de Ministros e de Secretários de Estado já são previstos nos arts. 13 e 74, respectivamente, da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950.

Assim, com o intuito de assegurar que os Secretários Municipais passem a responder pelos atos praticados no exercício de seus cargos, proponho acréscimo de parágrafo ao art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 1967, que *“dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências”*, cujo teor espelhou-se no já referido art. 13 da Lei nº

1.079, de 1950. Se aprovado, o projeto estimulará os Secretários Municipais a serem partícipes da gestão fiscal responsável e evitará que os Prefeitos sejam por eles induzidos a cometer atos tipificados como crimes de responsabilidade.

Ante o exposto, confio no indispensável apoio de meus ilustres Pares no Congresso Nacional, para que possamos dar mais esse passo na construção de uma administração pública responsável em todas as esferas de governo.

Sala das Sessões, 2 de maio de 2007. – Deputado **Mauro Nazif**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI Nº 201,
DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967.

Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º, do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966,

Decreta:

Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

I – apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio;

II – utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos;

III – desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas;

IV – empregar subvenções, auxílios, empréstimos ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os planos ou programas a que se destinam;

V – ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes;

VI – deixar de prestar contas anuais da administração financeira do Município à Câmara de Vereadores, ou ao órgão que a Constituição do Estado indicar, nos prazos e condições estabelecidos;

VII – Deixar de prestar contas, no devido tempo, ao órgão competente, da aplicação de recursos, empréstimos subvenções ou auxílios internos ou externos, recebidos a qualquer título;

VIII – Contrair empréstimo, emitir apólices, ou obrigar o Município por títulos de crédito, sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;

IX – Conceder empréstimo, auxílios ou subvenções sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;

X – Alienar ou onerar bens imóveis, ou rendas municipais, sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;

XI – Adquirir bens, ou realizar serviços e obras, sem concorrência ou coleta de preços, nos casos exigidos em lei;

XII – Antecipar ou inverter a ordem de pagamento a credores do Município, sem vantagem para o erário;

XIII – Nomear, admitir ou designar servidor, contra expressa disposição de lei;

XIV – Negar execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente;

XV – Deixar de fornecer certidões de atos ou contratos municipais, dentro do prazo estabelecido em lei.

XVI – deixar de ordenar a redução do montante da dívida consolidada, nos prazos estabelecidos em lei, quando o montante ultrapassar o valor resultante da aplicação do limite máximo fixado pelo Senado Federal; (Inciso acrescido pela Lei nº 10.028, de 19-10-2000)

XVII – ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal; (Inciso acrescido pela Lei nº 10.028, de 19-10-2000)

XVIII – deixar de promover ou de ordenar, na forma da lei, o cancelamento, a amortização ou a constituição de reserva para anular os efeitos de operação de crédito realizada com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei; (Inciso acrescido pela Lei nº 10.028, de 19-10-2000)

XIX – deixar de promover ou de ordenar a liquidação integral de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, inclusive os respectivos juros e demais encargos, até o encerramento do exercício financeiro; (Inciso acrescido pela Lei nº 10.028, de 19-10-2000)

XX – ordenar ou autorizar, em desacordo com a lei, a realização de operação de crédito com qualquer um dos demais entes da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que na forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente; (Inciso acrescido pela Lei nº 10.028, de 19-10-2000)

XXI – captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido; (Inciso acrescido pela Lei nº 10.028, de 19-10-2000)

XXII – ordenar ou autorizar a destinação de recursos provenientes da emissão de títulos para finalidade diversa da prevista na lei que a autorizou; (Inciso acrescido pela Lei nº 10.028, de 19-10-2000)

XXIII – realizar ou receber transferência voluntária em desacordo com limite ou condição estabelecida em lei. (Inciso acrescido pela Lei nº 10.028, de 19-10-2000)

§ 1º Os crimes definidos neste artigo são de ação pública, punidos os dos itens I e II, com a pena de reclusão, de dois a doze anos, e os demais, com a pena de detenção, de três meses a três anos.

§ 2º A condenação definitiva em qualquer dos crimes definidos neste artigo, acarreta a perda de cargo e a inabilitação, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 135, DE 2008 (Nº 798/2007, na Casa de origem)

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer penas alternativas aplicáveis aos crimes de trânsito.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta artigo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer penas alternativas aplicáveis aos crimes de trânsito.

Art. 2º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 312-A:

“Art. 312-A. Para os crimes relacionados nos arts. 302 a 312 desta Lei, nas situações em que o juiz aplicar a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, esta deverá ser de prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas em uma das seguintes atividades:

I – trabalho, aos fins de semana, em equipes de resgate dos corpos de bombeiros e em outras unidades móveis especializadas no atendimento a vítimas de trânsito;

II – trabalho em unidades de pronto-socorro de hospitais da rede pública que recebem vítimas de acidente de trânsito e politraumatizados;

III – trabalho em clínicas ou instituições especializadas na recuperação de acidentados de trânsito;

IV – outras atividades relacionadas ao resgate, atendimento e recuperação de vítimas de acidentes de trânsito.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 798, DE 2007

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer penas alternativas aplicáveis aos crimes de trânsito.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta artigo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer penas alternativas aplicáveis aos crimes de trânsito.

Art. 2º A Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 312-A. Para os crimes relacionados nos arts. 302 a 312, nas situações em que o juiz aplicar a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, esta deverá ser de prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, em uma das seguintes atividades:

I – trabalho, aos fins de semana, em equipes de resgate dos corpos de bombeiros e em outras unidades móveis especializadas no atendimento a vítimas de trânsito;

II – trabalho em unidades de pronto-socorro de hospitais da rede pública que recebem vítimas de acidente de trânsito e politraumatizados;

III – trabalho em clínicas ou instituições especializadas na recuperação de acidentados de trânsito;

IV – outras atividades relacionadas ao resgate, atendimento e recuperação de vítimas de acidentes de trânsito. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Justificação

O presente projeto de lei, embora estabeleça medidas bastante simples, poderá ser de grande valia para a conscientização dos condutores de veículos automotores, especialmente para aqueles que cometeram crimes de trânsito, o que certamente proporcionará condições de tráfego mais seguras para toda a população.

Para a imensa maioria dos casos de crime de trânsito, as penas de detenção enquadram-se nos critérios necessários para que possa ocorrer sua substituição por penas restritivas de direito. Esse instrumento vem sendo largamente utilizado pelos juízes brasileiros, notadamente por se tratar de uma pena que, além de eficaz do ponto de vista educativo, é bem menos onerosa para a sociedade.

A intenção deste projeto de lei é garantir que o cumprimento de penas alternativas para os crimes de trânsito se dê em ambiente diretamente relacionado com as consequências reais ou potenciais de tais crimes, de forma que o responsável pela ação criminosa possa presenciar e acompanhar de perto as gravíssimas consequências que seus atos causaram ou poderiam ter causado.

Dessa forma, a pessoa que cometeu um crime de trânsito poderá, além de pagar sua dívida com a sociedade – por meio da realização de tarefas gratuitas em unidades de resgate, hospitais e clínicas de recuperação de acidentados – também conhecer as vítimas e acompanhar o dia-a-dia de trabalho dos profissionais dessas áreas, o que lhe dará uma maior conscientização sobre as responsabilidades do trânsito.

Certo de que a medida proposta promoverá melhorias na segurança de nosso tráfego, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2007. – Deputado **Hugo Leal**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

.....
Art. 302. Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor:

Penas – detenção, de dois a quatro anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Parágrafo único. No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de um terço à metade, se o agente:

I – não possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação;

II – praticá-lo em faixa de pedestres ou na calçada;

III – deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do acidente;

IV – no exercício de sua profissão ou atividade, estiver conduzindo veículo de transporte de passageiros.

V – (Revogado pela Lei nº 11.705, de 2008)

Art. 312. Inovar artificiosamente, em caso de acidente automobilístico com vítima, na pendência do respectivo procedimento policial preparatório, inquérito policial ou processo penal, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, a fim de induzir a erro o agente policial, o perito, ou juiz:

Penas – detenção, de seis meses a um ano, ou multa.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo, ainda que não iniciados, quando da inovação, o procedimento preparatório, o inquérito ou o processo aos quais se refere.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 2008-COMPLEMENTAR

(Nº 375/2006-Complementar, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, de 13 de junho de 1991; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus, órgão da estrutura regimental da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, tem por finalidade definir, diretrizes, planos, programas, projetos e ações a serem desenvolvidas na área de atuação da Suframa.

Art. 2º O Conselho terá a seguinte composição:

I – 10 (dez) Ministros de Estado, definidos em regulamento pelo Poder Executivo;

II – Governador e Prefeito da capital dos seguintes Estados:

a) Amazonas;

b) Acre;

c) Amapá;

d) Rondônia; e

e) Roraima;

III – Superintendente da Suframa;

IV – Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;

V – Presidente do Banco da Amazônia – BASA;

VI – 1 (um) representante das classes produtoras;

VII – 1 (um) representante das classes trabalhadoras.

§ 1º Os Conselheiros titulares referidos nos incisos de I a V do **caput** deste artigo poderão indicar representantes.

§ 2º Os representantes das classes produtoras e trabalhadoras, e respectivos suplentes, serão indicados em lista tríplice pelas Confederações Nacionais dos Empregadores e Trabalhadores da Indústria, do Comércio e da Agricultura, respectivamente.

§ 3º Os representantes das classes produtoras e trabalhadoras, e respectivos suplentes, indicados pelas respectivas confederações e escolhidos mediante sistema de rodízio, dentre os filiados às federações de suas categorias, sediadas na área de atuação da Suframa, serão designados pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reconduzidos 1 (uma) única vez.

§ 4º A participação nas atividades do Conselho será considerada serviço público de natureza relevante, não ensejando remuneração.

§ 5º A critério do Presidente do Conselho, poderão ser convidados a participar das reuniões do Conselho técnicos, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas.

Art. 3º O Conselho será presidido pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e, nas suas ausências, pelo Secretário-Executivo do Ministério.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Lei Complementar nº 63, de 13 de junho de 1991.

MENSAGEM Nº 678, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei complementar que “Dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus, e dá outras providências”.

Brasília, 11 de agosto de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 20/GM-MDIC

Brasília, 20 de abril de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei Complementar que altera a Lei Complementar nº 68, de 13 de junho de 1991, que dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

2. Com as inúmeras mudanças na estrutura da Presidência da República e dos Ministérios nos últimos três governos, a composição do Conselho de Administração da Suframa – CAS teve que ser ajustada aos novos Ministérios criados, desmembrados e/ou suprimidos de suas estruturas.

3. À época, com o cenário político – institucional desfavorável à edição de uma nova Lei Complementar que contemplasse a inclusão de novos entes no CAS objetivando sua adequação às novas estruturas governamentais, a Suframa, visando evitar a interrupção das reuniões do CAS pelo impasse criado, elaborou uma proposta de ajuste na composição do Conselho apresentada à Procuradoria Jurídica do Órgão, que opinou favoravelmente, seguida pela chancela da Consultoria Jurídica do MPO e, de igual forma, pela Consultoria do MDIC, quando a Autarquia passou a integrar este Ministério e que vem sendo adotada até hoje.

4. O anexo PLC vem ajustar a composição do CAS, particularmente com as inclusões de representações do Governo do Estado do Amapá, Prefeitura Municipal de Macapá e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

5. A justificativa das inclusões do Governo do Estado do Amapá e da Prefeitura Municipal de Macapá no CAS ampara-se na Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, que expandiu a área de atuação da Suframa àquele Estado por meio da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana cuja regulamentação se deu em 11 de maio de 1992, com a edição do Decreto nº 517, de 8 de maio de 1992.

6. Somam-se à justificativa acima os esforços que Vossa Excelência tem empreendido nas questões de fortalecer e estreitar as relações do Brasil com nossos vizinhos de continente e, neste caso em particular, com a finalidade de promover o desenvolvimento dos Estados Amazônicos, de acordo com a política de integração do governo, onde o Amapá representa um elo importante na cadeia das relações bilaterais como Estado fronteiriço.

7. Relativamente ao BNDES, Senhor Presidente, a inclusão na composição do CAS viria dar ao Banco

maior visibilidade do contexto sócio-econômico regional, permitindo melhorar a orientação da definição dos investimentos destinados à região como um todo, acrescentando, ainda, que sua representatividade manteria a atual relação de maioria do governo federal no Conselho de Administração da Suframa.

8. Estas, Senhor Presidente, as razões que fundamentam a proposta que ora submeto à elevada consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente, – **Luiz Fernando Furlan**.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 375, DE 2006-COMPLEMENTAR

Dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus, e dá outras providências

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus, órgão da estrutura regimental da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, tem por finalidade definir diretrizes, planos, programas, projetos e ações a serem desenvolvidas na área de atuação da SUFRAMA.

Art. 2º O Conselho terá a seguinte composição:

I – Dez Ministros de Estado, definidos em regulamento pelo Poder Executivo;

II – Governador e Prefeito da capital dos seguintes Estados:

- a) Amazonas;
- b) Acre;
- c) Amapá;
- d) Rondônia; e
- e) Roraima;

III – Superintendente da SUFRAMA;

IV – Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES;

V – Presidente do Banco da Amazônia – BASA;

VI – um representante das classes produtoras; e

VII – um representante das classes trabalhadoras.

§ 1º Os Conselheiros titulares, referidos nos incisos de I a V, poderão indicar representantes.

§ 2º Os representantes das classes produtoras e trabalhadoras, e seus respectivos suplentes, serão indicados em lista tripla pelas Confederações Nacionais dos Empregadores e Trabalhadores da Indústria, do Comércio e da Agricultura, respectivamente.

§ 3º Os representantes das classes produtoras e trabalhadoras, e seus respectivos suplentes, indicados pelas respectivas confederações e escolhidos mediante sistema de rodízio, dentre os filiados às federações

de suas categorias, sediadas na área de atuação da Suframa, serão designados pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com mandato de um ano, podendo ser reconduzido uma única vez.

§ 4º A participação nas atividades do Conselho será considerada serviço público de natureza relevante, não ensejando remuneração.

§ 5º A critério do Presidente do Conselho poderão ser convidados a participar das reuniões do Conselho, técnicos, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas.

Art. 3º O Conselho será presidido pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e, nas suas ausências, pelo Secretário-Executivo do Ministério.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Lei Complementar nº 68,
de 13 de junho de 1991.

Brasília

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LEI COMPLEMENTAR Nº 68,
DE 13 DE JUNHO DE 1991

Dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Desenvolvimento Regional e Turismo.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os projetos que acabam de ser lidos vão às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Recurso nº 5, de 2008**, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **c**, do Regimento Interno.

É o seguinte o Recurso recebido:

RECURSO N° 5, DE 2008

Para apreciação do Projeto de Lei nº 185, de 2004, pelo Plenário do Senado Federal.

Requeremos, com fulcro no artigo 91, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, que a matéria constante do Projeto de Lei nº 185, de 15 de junho de 2004, de autoria do eminente Senador Demóstenes Torres, DEM-GO, que “Regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional”, seja submetido à apreciação do Plenário do Senado Federal.

Sala das Sessões, agosto de 2008

Senador **ROMEY TUMA**

PTB-SP

ing (ser. Jim angel)

(SEM
Wellington
Solgarob)

(Sen. Virginia de
Cavalho)

(Sen. José Maria Azevedo)
 (Sen. Manoel Couto)

(San. Antonio Calabazas)

(Gerson Comata)

On 12/12/2018 (CSCETD LUG/AM)

Justificação

Conforme Vossas Excelências bem sabem, o uso de algemas pelos agentes do Sistema de Segurança Pública nacional, nas três esferas de Governo, tem um valor simbólico, representando a força e a autoridade que o Estado dispõe no combate à criminalidade.

O Substitutivo ao PLS nº 185/2004, aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, no último dia 20 de agosto, comprometeria em muito o trabalho dos agentes policiais dos órgãos de segurança pública de todo o Brasil, principalmente o artigo 5º, que permite a qualquer cidadão brasileiro mediano firmar juízo de valor acerca do conceito de “abuso ou irregularidade” e levar ao conhecimento da autoridade pública respectiva de denúncias muitas vezes sem nenhuma consistência, para que seja levada ao conhecimento do Ministério Público.

E nesse sentido apresentamos a presente proposição solicitando a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2005**, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que *estabelece normas para a divulgação, na Rede Mundial de Computadores (Internet), de informações sobre programas de transferência de renda mantidos por Estados e Municípios com a participação de recursos da União*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Sobre a mesa, ofícios de Ministros de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 330/2008, de 25 de agosto último, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 502, de 2008, do Senador Mozarildo Cavalcanti;
- Nº 331/2008, de 25 de agosto último, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 780, de 2008, do Senador Eduardo Azeredo; e
- Nº 364/2008, de 25 de agosto último, do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 801, de 2008, do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos de Ministro de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 119/2008, de 27 de agosto último, do Ministro de Estado dos Transportes, encaminhando informa-

ções em resposta ao Requerimento nº 665, de 2008, do Senador Delcídio Amaral;

- Nº 290/2008, de 26 de agosto último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 775, de 2008, do Senador Arthur Virgílio;

Nº 526/2008, de 26 de agosto último, do Ministro de Estado da Integração Nacional, solicitando dilação do prazo para encaminhamento das informações em resposta ao Requerimento nº 735, de 2008, da Senadora Kátia Abreu.

- Nº 1.258/2008, de 18 de agosto último, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 906, de 2008, do Senador Heráclito Fortes;

- Nº 1.287/2008, de 25 de agosto último, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 520, de 2008, do Senador José Nery;

- Nº 1.288/2008, de 25 de agosto último, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 652, de 2008, do Senador Arthur Virgílio;

- Nº 1.289/2008, de 25 de agosto último, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 651, de 2008, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

O Requerimento nº 735, de 2008, aguardará na Secretaria-Geral da Mesa o envio das informações.

Os demais requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagem do Senhor Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 175, DE 2008 (Nº 672/2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Dirceu Brás Aparecido Barbano para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Brasília, 2 de setembro de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Curriculum vitae

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

Filiação: Dirceu Barbano e Isaura Marchetti Barbano

Nascimento: 04/02/1966, Ihaté/SP – Brasil

Carteira de identidade: 15360778 – SSP/SP – 09/03/1987

CPF: 058.918.758-96

Endereço residencial:

Alameda Mariana, nº. 64
Parque Sabará
CEP: 13.567-680 São Carlos/SP – Brasil
Telefone: +55 (16) 3411-3660
E-mail: dirceu.barbano@uol.com.br

Resumo Curricular

Formado em Ciências Farmacêuticas, na modalidade Farmácia Industrial, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas em 1989, onde iniciei a carreira profissional como docente.

Durante 10 anos ministrei as disciplinas de Farmacobotânica e Farmacognosia, além de atuar na Supervisão de Estágios em Indústrias Farmacêuticas e Farmácia Hospitalar dos alunos do Curso de Ciências Farmacêuticas da PUC-Campinas. Logo em 1991 concluí o Curso de Especialização em Biofarmacognosia na Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo – USP.

Na mesma Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP – São Paulo, cursei Pós-Graduação em Fármacos e Medicamentos, nível de Mestrado, na área de concentração Insumos Farmacêuticos. Entre 1993 e 1997 foi cumprido um total de 68 créditos, tendo sido aprovado na qualificação, embora não tenha concluído o curso.

Paralelamente à atividade docente foram desenvolvidas inúmeras outras atividades profissionais, entre as quais destaco ter sido Conselheiro do Conselho Federal de Farmácia e diretor do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo durante quatro anos, sendo um como Vice-Presidente e os outros três anos, como Presidente.

Em 1996, reorientei minhas atividades profissionais com as primeiras experiências na gestão de serviços de saúde ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Na época assumi função de coordenador de uma equipe multiprofissional de apoio à gestão do Hospital Universitário da PUC-Campinas. Foram dois anos e meio de trabalho que levaram a uma qualificação irreversível da assistência, da gestão e da articulação do ensino, da pesquisa e da extensão na instituição.

Nos anos de 1998 e 1999, atuei com Gerente Administrativo do Centro Infantil Domingos Boldrini, hospital de tratamento de câncer infantil localizado na cidade de Campinas, uma instituição de excelência, reconhecida internacionalmente pelos altos índices de sucesso no tratamento de doenças hematológicas e oncológicas em crianças.

Entre 2001 e 2004, tive a primeira experiência na gestão direta do SUS, quando ocupei o cargo de Secretário Municipal de Saúde de Ibatê-SP. Além da estruturação da rede municipal de saúde, com ênfase na implantação da estratégia de saúde da família, destaco a municipalização da Vigilância Sanitária e a criação do Hospital e Maternidade Municipal como marcos da gestão.

Em 2004, fui convidado para atuar no Ministério da Saúde como Coordenador Geral do Programa Farmácia Popular do Brasil, na sua fase de criação e implantação. O programa possibilitou um modelo de prestação de serviços públicos na área da assistência farmacêutica, articulando o poder de compra do Governo, os Laboratórios Oficiais e as experiências da Fundação Oswaldo Cruz. De fevereiro a abril de 2005 ocupei a função de Secretário Interino de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, atuando na reorganização dos sistemas de aquisição e distribuição dos medicamentos dos programas públicos, com destaque para o Programa Nacional de DST/AIDS.

Em maio de 2005, ao assumir o cargo de Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, fui designado para a função de Secretário Substituto de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, permanecendo até abril de 2006. Durante esse período, importantes projetos foram desenvolvidos, entre os quais podem se destacar a expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil para as

farmácias privadas, mediante a criação do sistema de co-pagamento denominado “Aqui tem Farmácia Popular”; a criação da Rede Brasileira de Produção Pública de Medicamentos; a revisão do financiamento da Assistência Farmacêutica e o início da revisão da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME).

De abril de 2006 a abril de 2007, atendendo a convite do Prefeito Newton Lima Neto, de São Carlos-SP, exerci cargo de Secretário Municipal de Saúde da cidade. No período, a gestão municipal foi orientada para a ampliação e qualificação das ações de atenção básica, envolvendo a estratégia de saúde da família e a vigilância em saúde. Foi realizado um intenso trabalho de reestruturação da Vigilância Sanitária Municipal, cujas responsabilidades se expandiram para áreas mais complexas da produção de bens e serviços.

Considero muito relevante o envolvimento na gestão da parceria entre a Universidade Federal de São Carlos e a Prefeitura Municipal, visando a instalação do Curso de Medicina, com foco na Medicina Comunitária e de Família. Dentre outros, exigiu a conformação do conceito de Rede Escola de Cuidados com a Saúde, envolvendo a implantação do Hospital Escola Municipal, cujo desenho do modelo assistencial foi coordenado por mim.

Destaca-se ainda, a construção de articulação entre os institutos de pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, Universidade de São Paulo – Campus São Carlos, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Universidade Estadual Paulista (UNESP), visando a constituição de um centro de pesquisa, inovação e assistência à saúde. A estruturação do portal Ciência, Inovação e Tecnologia em São Carlos (CITESC) (<http://www.citesc.org.br>) e a realização de uma mostra regional de tecnologia e inovação em saúde representam uma experiência que pode servir de base para uma abordagem regionalizada da Política Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde.

Desde início de maio de 2007, retornei às funções de Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, mediante convite do Ministro José Gomes Temporão. O retorno contou com a concordância e apoio do Prefeito de São Carlos-SP, Prof. Dr. Newton Lima Neto, no sentido de permitir a retomada dos projetos desencadeados e coordenados na ocasião anterior, incluindo agora a direção nacional do Programa Farmácia Popular do Brasil.

Nesse novo período à frente do Departamento de Assistência Farmacêutica destaco como resultados relevantes: a ampliação do elenco e do financiamento para a assistência farmacêutica básica; a reorganização da estrutura organizacional do Departamento; o desenvolvimento do Sistema de Gestão para Medicamentos Excepcionais e a conclusão do Formulário Terapêutico Nacional. No Programa Farmácia Popular do Brasil foi atingida a marca de 2,3 milhões de atendimentos ao mês nas 480 farmácias da rede própria e mais de 5.500 farmácias privadas credenciadas no sistema de co-pagamento.

As experiências profissionais desses quase 20 anos, desde a graduação em 1989, envolvem a docência, a gestão de hospitais filantrópicos de complexidades diversas, a gestão de autarquia federal no Conselho Regional e a gestão pública nas Secretarias Municipais de Saúde e no Ministério da Saúde. Essa realidade, além de ofertar sólida formação técnica e na área da gestão em saúde nos diferentes níveis, demandou constante contato e decisões envolvendo o tema da vigilância sanitária, nos diferentes níveis de complexidade e abrangência.

Formação Acadêmica

- Universidade de São Paulo - USP (nível especialização)
Faculdade de Ciências Farmacêuticas
Curso de Especialização em BIOFARMACOGNOSIA
1990 – 1991
- Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas
Curso de Ciências Farmacêuticas - F.C.M.
Graduação em Ciências Farmacêuticas
Habilitação Farmácia Industrial
1985 – 1989
- Universidade de São Paulo - USP (nível mestrado – não concluído)
Faculdade de Ciências Farmacêuticas
Curso de Pós-Graduação em Fármacos e Medicamentos
Qualificação em Dezembro/1997
- Universidad de La Plata – UNLP – Argentina (nível aperfeiçoamento)
Curso Latinoamericano de Enseñanza de Farmacoterapeutica Racional
Junho 2001

Experiência Profissional

- ⇒ **Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos**
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos
Ministério da Saúde – Brasília - DF
 - Período: **Abril/2007** até presente
 - Designação: Portaria GM/Casa Civil n.º 328 de 26 de abril de 2007.
- ⇒ **Secretário Municipal de Saúde**
Município de São Carlos - Estado de São Paulo
 - Período: **Abril 2006 a Abril de 2007**
 - Designação: Portaria GP n.º 118 de 31 de março de 2006.
- ⇒ **Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica**
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos
Ministério da Saúde – Brasília - DF
 - Período: **Maior/2005 a Abril/2006**
 - Designação: Portaria GM/Casa Civil n.º 328 de 03 de maio de 2005.
 - Direção e administração do Departamento de Assistência Farmacêutica
 - Subsídio à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos na formulação de políticas, diretrizes e metas para as áreas de Política de Assistência Farmacêutica e de Medicamentos.
 - Coordenação da gestão das políticas nacionais de Assistência Farmacêutica e de Medicamentos
 - Coordenação e implantação da Rede Brasileira de Produção Pública de Medicamentos
- ⇒ **Secretário Substituto de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos**
Ministério da Saúde – Brasília - DF
 - Período: **Abril/2005 a Abril/2006**
 - Designação: Portaria GM/MS n.º 299 de 25 de Fevereiro de 2005.

⇒ **Secretário Interino de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos**
Ministério da Saúde – Brasília - DF

- Período: **Fevereiro/2005 - Abril/2005**
- Designação: Portaria GM/MS n.º 299 de 25 de Fevereiro de 2005.

⇒ **Coordenador Geral do Programa Farmácia Popular do Brasil**
Departamento de Assistência Farmacêutica
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos
Ministério da Saúde – Brasília - DF

- Período: **Março/2004 - Fevereiro/2005**
- Designação: Portaria GM/MS n.º 517 de 24 de março de 2004.
- Coordenação técnica e monitoramento da implantação do Programa Farmácia Popular do Brasil, desenvolvido em conjunto com a Fundação Oswaldo Cruz.
- Elaboração de manual de normas e rotinas para instalação das unidades do Programa Farmácia Popular

⇒ **Diretor Substituto do Departamento de Assistência Farmacêutica**
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos
Ministério da Saúde – Brasília - DF

- Período: **Abril/2004 - Fevereiro/2005**
- Designação: Portaria GM/MS n.º 635 de 13 de abril de 2004.

⇒ **Secretário Municipal de Saúde**
Município de Ibaté - Estado de São Paulo

- Período: **Julho/2001 - Fevereiro/2004**

⇒ **Consultor**
CONSAÚDE - Consultoria Auditoria e Planejamento

- Período: **Janeiro 2002 – Dezembro 2002**
- Consultoria realizada para a Secretaria de Estado da Saúde de Mato Grosso que teve como objetivo a elaboração de diagnóstico e de projeto para a reestruturação da Política Estadual de Assistência Farmacêutica. Apoio na implantação do projeto, com atuação direta junto ao Secretário de Estado da Saúde, cujo relatório final fora encaminhado à Secretaria Estadual da Saúde de Mato Grosso e ao Ministério da Saúde, através da Empresa Consaúde. Projeto contratado pelo Ministério da Saúde, com financiamento do CNPq.

⇒ **Colaborador**
Gerência Técnica de Assistência Farmacêutica – DAB - SPS
Ministério da Saúde

- Período: **Março 2001 – Julho 2002**
- Colaboração na elaboração de projetos e manuais técnicos voltados para o aprimoramento dos instrumentos de gestão da Assistência Farmacêutica nos níveis Estaduais e Municipais.

⇒ **Professor Assistente**
Faculdade de Ciências Médicas
Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas - FCM

- Período: **Março/1990 - Setembro/2000**
- Disciplinas ministradas – Graduação em Ciências Farmacêuticas
 - Estágio Supervisionado em Farmácia Ambulatorial e Hospitalar

- Estágio Supervisionado em Indústrias de Medicamentos, Cosméticos e Alimentos
 - Farmacobotânica
 - Farmacognosia
 - Deontologia e Legislação Farmacêutica.
- Pesquisador nas áreas de atenção farmacêutica, saúde coletiva, saúde pública e plantas medicinais.

⇒ **Gerente Administrativo**

Centro Infantil Domingos A. Boldrini - Campinas - SP

Centro de Referência em Oncologia e Hematologia Pediátrica - 80 Leitos

- Período: **Abril/1999 - Abril 2000**
- Atuação na estruturação da área de suprimentos hospitalares, envolvendo o cadastramento e contratação de fornecedores; a gestão de estoques de medicamentos, material hospitalar e insumos em geral, obtendo maior rotatividade no estoque, redução nos custos dos processos de aquisição e nos preços dos produtos.
- Coordenação dos setores de Farmácia Hospitalar, Almoxarifado e Compras, tratando da estruturação interna e articulação com os demais setores do Hospital.
- Responsável pela Gerência Administrativa, tendo trabalhado na estruturação e articulação da equipe de coordenadores e chefias das diversas áreas do Hospital.
- Acompanhamento da evolução do setor de Faturamento, envolvendo a negociação de contratos com Convênios Privados e Sistema Único de Saúde.
- Acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas áreas Financeira e de Recursos Humanos.

⇒ **Professor Instrutor**

Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP

- Período: **Abril/1994 – Dezembro/1994**
- Disciplina ministrada – Graduação em Ciências Farmacêuticas
 - Farmacognosia

⇒ **Assessor Técnico da Superintendência**

Hospital e Maternidade Celso Pierro - Hospital Universitário PUC-Campinas

Hospital Geral - 410 leitos.

- Período: **Abril/1996 - Julho/1998**
- Responsável pela elaboração e implantação de planos e projetos envolvendo a qualificação técnica; o dimensionamento de recursos humanos e de suprimentos; o suporte logístico e o acompanhamento de custos operacionais das áreas de apoio.
- Assessoramento às Comissões de Controle de Infecções Hospitalares, de Farmácia e Terapêutica e de Padronização de Materiais e Fornecedores.
- Vários projetos desenvolvidos na área de qualidade e aprimoramento de gestão hospitalar, destacando-se as áreas de farmácia, lavanderia e limpeza.

⇒ **Presidente do Conselho Regional de Farmácia – CRF-SP**

Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - CRF-SP

Autarquia Federal

- Período: **Janeiro/1995 - Dezembro/1997**
- Responsável pela gestão administrativa do Órgão, ao qual subordinam-se os gerentes Financeiros e de Contabilidade, de Recursos Humanos, do Departamento Jurídico, de Materiais e Serviços Gerais, de Atendimento aos Usuários e Tramitação de Documentos do CRF-SP.

⇒ **Vice-presidente do Conselho Regional de Farmácia – CRF-SP**
Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - CRF-SP
Autarquia Federal

- **Período: Janeiro a Dezembro/1994**
- Responsável pelo gerenciamento do Setor de Fiscalização, envolvendo a Elaboração e Implementação dos Planos de Fiscalização e a gestão de Recursos Humanos do Setor.

Outras atividades profissionais

- **Membro Titular** da Câmara Setorial de Medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA – Abril/2007 até presente.
- **Coordenador** da Comissão Intergovernamental de Política de Medicamentos do Mercosul – Abril 2007 até presente. Atualmente o Brasil ocupa a presidência Pro-Tempore da Comissão.
- **Coordenador** do Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos, organizado de forma conjunta entre o Ministério da Saúde, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e Organização Panamericana de Saúde - OPAS – Abril/2007 até presente.
- **Membro Titular** do Comitê Técnico Permanente para a Área de Insumos Estratégicos da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde – setembro 2007 até presente.
- **Membro Titular** do Comitê Gestor do Programa Nacional de Fomento à Produção Pública e Inovação no Complexo Industrial da Saúde da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde – julho de 2008 até presente.
- **Coordenador** da comissão de implantação do Hospital Escola Municipal Prof. Dr. Horácio Carlos Panepucci – Parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde de São Carlos e a Universidade Federal de São Carlos.
- **Período: Setembro/2006 até Abril/2007.**
- **Membro** do Comitê Gestor da Rede Brasileira de Produção Pública de Medicamentos. Representante do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde - CONASEMS. Designação: Indicação formal do CONASEMS.
- **Período: Maio/2006 a Abril/2007.**
- **Membro** do Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos. Representante do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde - CONASEMS. Nomeação – Portaria n.º 426 de 26 de fevereiro de 2007.
- **Período: Fevereiro/2007 a Abril 2007.**
- **Diretor** do Conselho de Secretários Municipais de Saúde de São Paulo - COSEMS – SP. Período – Maio/2006 a Abril/2007.
- **Coordenador** do Comitê Gestor da Rede Brasileira de Produção Pública de Medicamentos - Portaria SCTIE/MS n.º 08/2005 até Abril/2006.
- **Coordenador** do Grupo Ad Hoc de Política de Medicamentos do MERCOSUL. Designação por Ofício n.º 455/SCTIE/MS.

- **Membro Titular** da Câmara Setorial de Medicamentos da ANVISA. Designação: Portaria ANVISA n.º 478/2005.
- **Coordenador Substituto** e Ordenador de Despesas do Projeto UNESCO 914/BRA/2000. Designação: Portaria SE/ME n.º 207/2005.
- **Coordenador** da execução do Termo de Cooperação n.º 24, firmado entre o Ministério da Saúde e a Organização Panamericana de Saúde – OPAS/OMS. Designação: Por Ofício SCTIE/MS n.º 188/2005.
- **Presidente** do Conselho Municipal de Saúde do Município de Ibaté, representando o Governo Municipal.
Período: Julho/2001 – Fevereiro/2004.
- **Conselheiro** do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campinas, representando os Profissionais de Saúde, inscritos em Conselhos Profissionais.
Período: Outubro/1998 - Outubro/2000
- **Conselheiro** do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo (CRF-SP) - São Paulo - SP.
Período: Janeiro/1998 – Julho/1999
- **Membro Titular** da Comissão Interinstitucional para o Desenvolvimento do Sistema de Controle de Dispensação de Medicamentos e de Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde de Campinas.
Período: Dezembro/1993 - Dezembro/1995
- **Conselheiro** do CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF) - Brasília - DF
Período: Janeiro a Dezembro/1993.
- **Membro** da Comissão de Política de Medicamentos do Conselho Federal de Farmácia.
Período: Abril/1993 - Dezembro/1993
- **Membro** da Comissão de Ensino do Conselho Federal de Farmácia.
Período: Abril/1993 - Dezembro/1993

Missões Internacionais

- **País:** Canadá
Período: 06 a 09 de julho de 2008
Objetivo: Participar do V Encontro Anual do Health Technology Assessment International (HTAi), promovido pelo Health Technology Assessment International (HTAi), no qual são apresentados trabalhos e discutidas questões relacionadas à avaliação de tecnologias em saúde e os impactos de sua incorporação nos sistemas de saúde públicos e privados, em Montreal.
Organizador: Health Technology Assessment International/Associação para a Saúde Pública do Quebec.

- **País:** Argentina
Período: 25 a 28 de maio de 2008
Objetivo: Participar de reunião da Comissão Intergovernamental de Política de Medicamentos realizada nos dias 26 e 27 de maio de 2008 na cidade de Buenos Aires no Uruguai, e teve caráter preparatório para a REUNIÃO DOS MINISTROS DA SAÚDE DO MERCOSUL E PAÍSES ASSOCIADOS.
Organizadores: Ministério da Saúde dos Países do MERCOSUL e ASSOCIADOS.
- **País:** Canadá
Período: 18 a 24 de novembro de 2007
Objetivo: Participar da Conferência 2007 da iniciativa Luso-Francófona sobre o acesso a medicamentos e a proteção ao cidadão, promovida pela Associação para a Saúde Pública do Quebec, em Montreal, durante a 11.ª Jornada Anual de Saúde Pública do Quebec, Canadá, apresentando trabalho e coordenando mesa redonda.
Organizador: Associação para a Saúde Pública do Quebec.
- **País:** Uruguai
Período: 12 a 14 de novembro de 2007
Objetivo: Participar de reunião do Grupo Ad Hoc de Política de Medicamentos do Mercosul realizou-se nos dias 12 e 13 de novembro de 2007 na cidade de Montevideo no Uruguai, e teve caráter preparatório para a REUNIÃO DOS MINISTROS DA SAÚDE DO MERCOSUL E PAÍSES ASSOCIADOS.
Organizadores: Ministério da Saúde dos Países do MERCOSUL e ASSOCIADOS.
- **País:** Perú
Período: 09 a 12 de novembro de 2007
Objetivo: Participar de reunião da Cúpula Mundial de Harmonização em Medicina Tradicional, Alternativa e Complementar na cidade de Lima., na qualidade de expositor sobre o tema da Política Nacional Brasileira de Fitoterápicos e Plantas Medicinais.
Organizadores: Colégio Médico do Perú.
- **País:** Canadá
Período: 12 a 17 de outubro de 2007
Objetivo: Participar da II Congresso Internacional sobre a Cadeia de Medicamentos: Olhares Interdisciplinares sobre a Diversidade e a Complexidade, na cidade de Montreal, ocasião em que apresentou três trabalhos.
Organizador: Universidade do Quebec em Montreal.
- **País:** Israel
Período: 26 de setembro a 02 de outubro de 2005
Objetivo: Identificar tecnologias, produtos e processos de interesse potencial para compor acordo bilateral entre Brasil e Israel nas áreas de ciência e tecnologia em saúde, da indústria de fármacos e medicamentos e de organização de rede de serviços de saúde.
Organizadores: Ministério da Saúde do Brasil e Câmara de Indústria e Comércio Brasil-Israel.
- **País:** Argentina
Período: 10 a 13 de outubro de 2005
Objetivo: Identificar desdobramentos do "Protocolo de Intenções entre o Ministério da Saúde da República Federativa do Brasil e o Ministério da Saúde e Ambiente da

República Argentina sobre Cooperação na Área da Saúde sobre Medicamentos”, assinado em 22 de agosto de 2005.

Organizadores: Ministério da Saúde do Brasil, Fundação Oswaldo Cruz e Ministério da Saúde e Ambiente da Argentina.

- **País:** Uruguai

Período: 24 a 27 de outubro de 2005

Objetivo: Participar de reunião do Grupo Ad Hoc de Política de Medicamentos do Mercosul realizou-se nos dias 25 e 26 de outubro na cidade de Montevideo no Uruguai, e teve caráter preparatório para a XIX REUNIÃO DOS MINISTROS DA SAÚDE DO MERCOSUL E PAÍSES ASSOCIADOS.

Organizadores: Ministério da Saúde dos Países do MERCOSUL e ASSOCIADOS.

Produção Técnica e Científica

Livros, prólogos e capítulos

- **Barbano, Dirceu. Os desafios de gestão e financiamento da assistência farmacêutica do SUS.** Capítulo de livro, In: **Buscando uma política de medicamentos para o Brasil.** Seminário 2008. Organizador: José Luiz Gomes do Amaral. São Paulo: Febrafarma, 2008.
- **Barbano, Dirceu. Prólogo,** In: **Atenção Farmacêutica: conceitos, processos e casos práticos.** Maria José Faus DDader, Pedro Amariles Muñoz e Fernando Martínez-Martínez. São Paulo: RCN Editora, 2008.

Artigos, posters e talks

- **Barbano, Dirceu Bras Aparecido Barbano;** Costa da Cunha, Claudia Simone; Silva, Nelson; Junior, Zich Moyses;. Service d'Assistance Pharmaceutique/Secrétariat de Science, Technologie et Produits Stratégiques, Ministère de la Santé, Brésil. *Politique industrielle pharmaceutique au Brésil: le contexte de sa formulation. 2º Congrès International. La Chaîne des Médicaments: Regards Indisciplinaires sur la Diversité et la Complexité.* Montréal - Canadá. Du 14 au 17 octobre 2007. **Apresentação Oral.**
- **Barbano, Dirceu Bras Aparecido Barbano;** Costa da Cunha, Claudia Simone; Silva, Nelson; Junior, Zich Moyses;. Service d'Assistance Pharmaceutique/Secrétariat de Science, Technologie et Produits Stratégiques, Ministère de la Santé, Brésil. *Politique industrielle pharmaceutique au Brésil: progrès et recommandations. 2º Congrès International. La Chaîne des Médicaments: Regards Indisciplinaires sur la Diversité et la Complexité.* Montréal - Canadá. Du 14 au 17 octobre 2007. **Apresentação Oral.**
- **Barbano, Dirceu Bras Aparecido;** Silva, Nelson; Junior, Zich Moyses; Costa da Cunha, Claudia Simone. Service d'Assistance Pharmaceutique/Secrétariat de Science, Technologie et Produits Stratégiques, Ministère de la Santé, Brésil. *Programme Pharmacie Populaire au Prive: une stratégie effective d'élargissement de l'accès aux médicaments au Brésil? 2º Congrès International. La Chaîne des Médicaments: Regards Indisciplinaires sur la Diversité et la Complexité.* Montréal - Canadá. Du 14 au 17 octobre 2007. **Apresentação Oral.**

- **BARBANO, Dirceu B A;** Sander, Guilherme; Martins, Norberto L C; Picon, Paulo D; Messeder, Ana Marcia;; Costa, Andry F; de Souza, Monica V. - **NATIONAL DATABASE FOR BRAZILIAN GUIDELINES FOR HIGH-COST MEDICINES IMPLEMENTATION AND PUBLIC HEALTH PLANNING.** Submitted papers - Oral: Reimbursement of pharmaceuticals. In: 3rd Annual Meeting of Health Technology Assessment International (HTAi), 2006. ADELAIDE, AUSTRÁLIA.
- **BARBANO, Dirceu B. A.;** Picon, Paulo Domelles; Schwartz, Ida Vanessa; Krug, Bárbara Corrêa; Martins, Norberto L. C.; Vieira, Eliane A. Lavôr; Filizzola, Eduardo R.; - **GAUCHER DISEASE: SETTING STRATEGIES FOR THE PROMOTION OF RATIONAL USE OF IMIGLUCERASE IN BRAZIL.** Submitted papers - Poster: Assessment of pharmaceuticals. In: 3rd Annual Meeting of Health Technology Assessment International (HTAi), 2006. ADELAIDE, AUSTRÁLIA.
- **BARBANO, Dirceu B. A.** - Coordenação. **A FITOTERAPIA NO SUS E O PROGRAMA DE PESQUISAS DE PLANTAS MEDICINAIS DA CENTRAL DE MEDICAMENTOS,** Ministério da Saúde – Editora do Ministério da Saúde, BRASIL, 2006. 148p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- **BARBANO, Dirceu B. A.;** RODRIGUES, Ângelo G.; CORRÊA, Ana Paula R.. Organizadores. **POLÍTICA NACIONAL DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS,** Ministério da Saúde – Editora do Ministério da Saúde, BRASIL, 2006. 60p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- **BARBANO, Dirceu B. A.** et al. Colaboradores. **DIABETES MELLITUS,** Ministério da Saúde – Editora do Ministério da Saúde, BRASIL, 2006. 64p. (Cadernos de Atenção Básica) (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
- **BARBANO, Dirceu B. A.;** MARIN, Nelly Jamarillo; IVAMA, Adriana e outros - Organizadores. **AVALIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO BRASIL: ESTRUTURA PROCESSOS E RESULTADOS,** Organização Panamericana da Saúde – OPAS/Organização Mundial da Saúde – OMS e Ministério da Saúde, BRASIL, 2005. 260p (Série Medicamentos e Outros Insumos Essenciais para a Saúde).
- **BARBANO, Dirceu B. A.** e GIORA; Jamaira - Organizadores. **PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL: MANUAL BÁSICO,** Ministério da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz – Editora do Ministério da Saúde, BRASIL, 2005. 102p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
- **BARBANO, Dirceu B. A.** – **IDENTIFICAÇÃO DE POTENCIALIDADES EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE PARA ACORDO BILATERAL ENTRE BRASIL E ISRAEL,** Relatório de Missão Internacional, promovida pelo Ministério da Saúde e Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Israel. Disponibilidade: restrita. 17p. Instituição Promotora: Ministério da Saúde, 2005. BRASÍLIA – DF, BRASIL
- **BARBANO, Dirceu B. A.** – **REESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO,** Relatório de Consultoria prestada a Secretaria de Estado da Saúde visando fornecer à Secretaria de Estado da Saúde um projeto para reorganização da Política de Assistência Farmacêutica e auxiliar no início de sua implantação. Disponibilidade: restrita. 54p. Instituição promotora: Ministério da Saúde. Instituição financiadora CNPQ, 2002. CUIABÁ – MT, BRASIL.

- **BARBANO, Dirceu B. A. – CURSO DE CAPACITAÇÃO DE PRESCRITORES PARA PROMOÇÃO DO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS**, Curso com 80 horas, promovido pelo Ministério da Saúde em parceria com OPAS/OMS e UNESCO. Qualidade de docente, integrando a equipe juntamente com outros 05 professores convidados, oriundos da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de La Plata (UNLP – Argentina), 2002. BRASÍLIA – DF, BRASIL.
- **BARBANO, Dirceu B. A. et al – POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA: A IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DE NÍVEL MÉDIO**. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, 1997, ÁGUAS DE LINDÓIA – SP, BRASIL.
- **BARBANO, Dirceu B. A. et al – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA INTEGRADA NO MUNICÍPIO: EXPERIÊNCIA DE CAMPINAS –SP**. In: I CONGRESSO DE FARMÁCIA DO CONE SUL, 1991, GRAMADO – RS, BRASIL.
- **BARBANO, Dirceu B. A. et al – DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS..** In: I CONGRESSO DE FARMÁCIA DO CONE SUL, 1991, GRAMADO – RS, BRASIL.

Participação em Bancas Examinadoras e de Prêmios

- **CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB**. Projeto: Assistência Farmacêutica no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Território – TJDF. Outubro de 2006.
- **CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB**. Projeto: Estratégia para Reorganização e otimização das atividades destinadas ao fornecimento de medicamentos demandados judicialmente contra a Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Outubro de 2006.
- **PRÊMIO DE INCENTIVO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O SUS – 2005**. Parecerista *ad hoc*. Promovido pelo Departamento de Ciência e Tecnologia – DECIT/SCTIE. Agosto de 2005

Recentes participações em Congressos, Seminários e Eventos

- **V ENCONTRO ANUAL DO HEALTH TECHNOLOGY ASSESSMENT INTERNACIONAL (HTAi)**, 2008. Instituição promotora: Health Technology Assessment International (HTAi). Montreal – Canadá. Qualidade: participante.
- **SEMINÁRIO POLÍTICA NACIONAL DE MEDICAMENTOS**, 2008. Instituições promotoras: Frente Parlamentar da Saúde – Câmara dos Deputados, Associação Médica Brasileira – AMB e Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Brasília – Brasil. Qualidade: Conferencista e Debatedor.
- **XXIII CONGRESSO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE**, 2008. Instituição Promotora: Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS. Belém – Brasil. Qualidade: Debatedor e painelist.

- **1º SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO EM BIOTECNOLOGIA**, 2008. Instituições promotoras: Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Belo Horizonte – Brasil. Qualidade: Conferencista.
- **SEMINÁRIO SOBRE O COMPLEXO ECONÔMICO-INDUSTRIAL DA SAÚDE**, 2008. Instituição promotora: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Rio de Janeiro – Brasil. Qualidade: Conferencista.
- **11^{es} JOURNÉES ANNUELLES DE SANTÉ PUBLIQUE**, 2007. Instituição promotora : ASPQ – Association pour la Santé Publique du Quebec. Local : Montreal – Canadá. Qualidade : Conferencista e painelist.
- **CUMBRE MUNDIAL DE ARMONIZACIÓN EN MEDICINA TRADICIONAL, ALTERNATIVA Y COMPLEMENTARIA**, 2007. Instituição promotora: Colégio Médico do Perú. Local: Lima, Perú. Qualidade: Conferencista.
- **2.º CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE O USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS**, 2007. Instituições promotoras: Ministério da Saúde, OPAS e Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Local: Florianópolis – Brasil. Qualidade: Conferencista e debatedor.
- **FORO REGIONAL DE LA OMPI SOBRE PROPIEDAD INDUSTRIAL Y ACCESO A LOS PRODUCTOS FARMACÉUTICOS**, 2006. Instituições promotoras: Organización Mundial de la Propiedad Intelectual (OMPI) e Oficina Cubana de la Propiedad Industrial (OCPI). Local: La Habana, Cuba. Qualidade: Conferencista.
- **JORNADA FARMACÊUTICA: Inovação e Produção de Conhecimento**, 2006. Instituição promotora: Faculdade de Ciências Farmacêuticas da UNESP – Araraquara. Local: Campus UNESP – Araraquara – SP. Qualidade: Expositor no simpósio: SUS: As Políticas que o regem e os desafios que enfrenta.
- **I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE IMUNOBIOLOGICOS E SAÚDE HUMANA**, 2006. Instituição promotora: Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos – Biomanguinhos - Fiocruz. Local: Hotel Sofitel – Rio de Janeiro – RJ. Qualidade: Expositor na mesa redonda: Biofármacos, situação atual e perspectivas para o Brasil.
- **I OFICINA DE TRABALHO ENTRE ANVISA E CENTROS PÚBLICOS DE EQUIVALÊNCIA FARMACÊUTICA E BIOEQUIVALÊNCIA**, 2006. Instituição promotora: Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Brasília – DF. Qualidade: Expositor e debatedor
- **SEMINÁRIO COMEMORATIVO DO 35.º ANIVERSÁRIO DO INPI: A PROPRIEDADE INTELECTUAL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**, 2005. Instituição promotora: Instituto Nacional de Propriedade Intelectual. Local: Hotel Sofitel – Rio de Janeiro – RJ. Qualidade: Palestrante.
- **SEMINÁRIO DE GESTÃO DE TECNOLOGIAS EM SAÚDE**, 2005. Instituição promotora: Departamento de Ciência e Tecnologia / Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde. Local: Belo Horizonte – MG.

- **SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PANDEMIA DE INFLUENZA**, 2005. Instituição promotora: Secretaria de Vigilância em Saúde / Ministério da Saúde. Local: Windsor Barra – Rio de Janeiro - RJ.
- **I SEMINÁRIO NACIONAL DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**, 2005. Instituição promotora: Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Local: Hotel Embaixador – Porto Alegre – RS. Qualidade: Palestrante.
- **I CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS**, 2005. Instituições promotoras: Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Local: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre – RS. Qualidade: Palestrante.
- **15.º SEMANA RACINE DE ATUALIZAÇÃO EM FARMÁCIA**, 2005. Instituição promotora: Instituto Racine de Qualificação Profissional. Local: Expo Center Norte – São Paulo – SP. Qualidade: Palestrante.
- **FÓRUM REGIONAL DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, INCLUSÃO SOCIAL E REDES DE COOPERAÇÃO**, 2005. Instituição promotora: Ministério da Ciência e Tecnologia. Local: SESC – Araraquara – SP. Qualidade: Debatedor.
- **4.º CONGRESSO RIOPHARMA DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS**, 2005. Instituição promotora: Conselho Regional de Farmácia do Rio de Janeiro. Local: Hotel Glória - Rio de Janeiro – RJ. Qualidade: Palestrante.
- **V CONGRESSO NACIONAL DE FARMÁCIA HOSPITALAR**, 2005. Instituição promotora: Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar. Local: São Paulo - SP.
- **VII JORNADA FARMACÊUTICA – FCF – PUC-CAMPINAS**, 2005. Instituição promotora: Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Local: Faculdade de Ciências Farmacêuticas – PUC-Campinas – Campinas – SP. Qualidade: Palestrante.
- **4.º CONGRESSO MUNDIAL DE CENTROS DE CIÊNCIA E EXPO-INTERATIVA: CIÊNCIA PARA TODOS**, 2005. Instituição promotora: Fundação Oswaldo Cruz. Local: Rio Centro – Rio de Janeiro – RJ.
- **VIII CONGRESSO E XIX ENCONTRO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO**, 2005. Instituição promotora: Conselho de Secretários Municipais de Saúde de São Paulo – COSEMS-SP. Local: Campos do Jordão – SP. Qualidade: palestrante.
- **PLENÁRIA PARITÁRIA REGIONAL DE SAÚDE**, 2003. Instituição promotora: Secretaria Estadual de Saúde do Estado de São Paulo – DIR VII; Local: Biblioteca Carlos Gomes; Cidade: Araraquara – SP. Qualidade: Organizador.
- **CONFERÊNCIA NACIONAL DE MEDICAMENTOS E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**, 2003. Instituição promotora: Ministério da Saúde; Local: Academia de Tênis; Cidade: Brasília – DF. Qualidade: Delegado – COSEMS – SP.
- **CONFERÊNCIA ESTADUAL DE MEDICAMENTOS E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**, 2003. Instituição promotora: Secretaria Estadual de Saúde do

Estado de São Paulo; Local: APCD-SP; Cidade: São Paulo – SP. Qualidade: Delegado – COSEMS – SP.

- **CONFERÊNCIA ESTADUAL DE MEDICAMENTOS E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DE PERNAMBUCO**, 2003. Instituição promotora: Secretaria Estadual de Saúde do Estado de Pernambuco; Local: Centro de Convenções; Cidade: Olinda – PE; Qualidade: Palestrante.
- **I ENCONTRO REGIONAL DE POLÍTICA DE MEDICAMENTOS E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**, 2003. Instituição promotora: Secretaria Estadual de Saúde do Estado de São Paulo – DIR VII – Araraquara; Local: Biblioteca Carlos Gomes; Cidade: Araraquara – SP. Qualidade: Palestrante.
- **XVII CONGRESSO NACIONAL DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE – OFICINA: “ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA”**, 2001. Instituição promotora: Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde; Cidade: Vitória – ES; Qualidade: Facilitador.

Prêmios de reconhecimento

- **COMENDA DO MÉRITO FARMACÊUTICO - 2008**, outorgada pelo Conselho Federal de Farmácia em janeiro de 2008 visando “distinguir profissionais pelos relevantes serviços prestados à Profissão Farmacêutica e à Farmácia Brasileira”.
- **MEDALHA COMEMORATIVA BICENTENÁRIO LQFEx**, outorgada pelo Laboratório Químico Farmacêutico do Exército, em maio de 2008, como reconhecimento pelos relevantes serviços prestados àquela Organização Militar de Saúde, à Ciência e à Profissão Farmacêutica

Participação em sociedades

Membro Efetivo do Health Technology Assesment International (HTAi)/ano 2008

Informações adicionais

- Cursos de curta duração ministrados – **12 (doze)**
- Palestras proferidas em Congressos e Seminários – **59 (cinquenta e nove)**
- Participações em Congressos Científicos e Seminários – **102 (cento e dois)**
- Ocorrências no site de busca google.com.br para “Dirceu Barbano”, “Dirceu Brás Barbano” e “Dirceu Brás Aparecido Barbano” em 28/08/2008: **2.342 (dois mil, trezentos e quarenta e dois)**

Brasília, 28 de agosto de 2008.


Dirceu Brás Aparecido Barbano

Aviso nº 786 – C. Civil

Em 2 de setembro de 2008

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Dirceu Brás Aparecido Barbano para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(*À Comissão de Assuntos Sociais.*)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.072, DE 2008

Requeremos, nos termos dos arts. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento, em 31 de agosto de 2008, do senhor Francisco das Chagas Pereira, ex-prefeito de Normandia, no Estado de Roraima e pai do ex-Deputado Rodolfo Pereira.

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao Estado de Roraima.

Sala das Sessões, 4 de setembro de 2008. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.073, DE 2008

Nos termos do § 2º do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitado, ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, informações sobre o total gasto, detalhado por função e subfunção, nas Operações UPATAKON I, II e III.

Justificação

A operação UPATAKON, em suas três edições, foi uma das maiores já realizadas pelo Ministério da Justiça no País.

Preparou-se uma verdadeira operação de guerra contra algumas famílias, essencialmente pacíficas, que se pretendiam expulsar do local onde moram a gerações.

Pelo fato de que muitas destas famílias foram efetivamente retiradas e algumas receberam indenizações irrisórias e outras nem sequer receberam algo, é de meu interesse, e da população de Roraima, saber o quanto foi gasto neste espetáculo desproporcional de desumanidade montado pelo Ministério da Justiça.

Sala das Sessões, 4 de setembro de 2008. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

(*À Mesa para decisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.074, DE 2008

Senhor Presidente,

Tendo sido autorizado por Vossa Excelência para representar o Senado Federal no Fórum **on Water and Climate South America Sub-regional Preparatory Meeting**, a realizar-se na cidade de Montevidéu, Uruguai, nos dias 10 e 11 de setembro de 2008, requeiro, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 9 a 12 do corrente, para desempenhar a referida missão.

Comunico, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estarei ausente do País no período de 9 a 12 de setembro de 2008.

Sala das Sessões, 4 de setembro de 2008. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente da Comissão de Meio-Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência comunica ao Plenário que foram autuados, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, os seguintes avisos:

AVISOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

- Aviso nº 30, de 2008-CN (nº 1166-Seses-TCU-Plenário/2008, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1813, de 2008-TCU (Plenário), autos de Representação formulada por analista da SECEX/MT, em razão de indícios de irregularidades na aplicação de recursos do Convênio TT 161/2005-00 (Siafi 534951), celebrado entre o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e a Prefeitura Municipal de Juína/MT, cujo objeto é a execução de serviços de melhoramentos na rodovia BR-174/MT, em um trecho de 120 km. (TC 002.127/2007-6)
- Aviso nº 31, de 2008-CN (nº 1186-Seses-TCU-Plenário/2008, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1816, de 2008-TCU (Plenário), autos de Representação formulada pela SECEX/RN acerca do estado de abandono e de depredação da obra de construção do Hospital Terciário de Natal/RN, financiada com recursos da União e do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, que se encontra paralisada desde dezembro/1991. (TC 003.087/2001-4)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

- Os avisos que acabam de ser lidos retornam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

- O Sr. Senador Arthur Virgílio enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Declaração da ONU sobre direitos humanos dos povos indígenas “pode ser vista como prenúncio indireto da internacionalização da Amazônia”, segundo teme o Embaixador Rubens Barbosa, em artigo publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**.

Essa Declaração foi votada, na ONU, com o voto favorável do Brasil. Contra, opinaram os Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, países com populações indígenas significativas.

Repito: o Brasil votou a favor. E essa matéria, pelo seu caráter polêmico, levou nada menos do que 15 anos para ser votada nas Nações Unidas.

Seria o caso de indagar: Por que o Brasil é a favor de um Tratado visto como ameaça à soberania da Amazônia? Quem assim entende não é apenas o Embaixador Rubens Barbosa. Aqui mesmo, neste Plenário, muitas advertências já foram feitas. A importância do assunto sugere que se intensifique o debate.

Em junho, enderecei algumas perguntas ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, usando a prerrogativa constitucional dos Requerimentos de Informação.

Minha primeira indagação foi objetiva e direta:

- A Declaração da ONU é um risco para a soberania brasileira sobre a Amazônia?

Resposta, também objetiva, do Ministro:

- Não. Essa declaração não é documento vinculante. Não cria, portanto, obrigações oponíveis aos Estados, seja no plano interno, seja no plano internacional.

Além dessa informação, o Chanceler assevera que a “Declaração tem valor apenas exortatório, que se realiza ao reafirmar e fortalecer o compromisso dos Estados em garantir a promoção dos direitos humanos e liberdades fundamentais dos povos indígenas, em linha com as respectivas leis e políticas aplicáveis à matéria.”

Esse não é o ponto de vista da Austrália, país, como lembra Barbosa, com razoável população indígena. O próprio Embaixador explica o ponto de vista australiano:

Aspas para Rubens Barbosa:

O governo australiano, para justificar seu voto negativo, afirmou enfaticamente que a Declaração outorga direitos às populações indígenas que conflitam com o restante da população e com o marco constitucional dos países democráticos. A Austrália expressou sua oposição, em especial, pelo emprego do termo autodeterminação, por poder pôr em perigo a integridade territorial do país.

O Ministro, porém, fala, nas respostas ao meu Requerimento, que “não há os riscos apontados. E, ademais, considera improcedentes os temores a propósito de internacionalização da Amazônia.”

O ex-embaixador Barbosa vai mais além, ao assinalar que, embora o art. 22 da Constituição de 1988 declare que “compete privativamente à União legislar sobre os povos indígenas”, a primeira dúvida que surge é quanto à compatibilidade da Declaração com os preceitos constitucionais vigentes.

A respeito, Rubens Barbosa assinala:

Embora registre expressamente que nenhum de seus dispositivos autoriza ou fomenta qualquer ação visando a violar ou reduzir, total ou parcialmente, a integridade territorial ou a unidade política de Estados soberanos e independentes (artigo 46), a Declaração trata os povos indígenas como entidades políticas independentes dos Estados.

Pela oportunidade do tema, estou anexando a este pronunciamento o artigo de Rubens Barbosa, para que, passando a constar dos Anais do Senado, sirva de subsídio para o debate em torno da questão Amazônica.

Antes de encerrar, junto a este breve discurso artigo em que o diretor do Centro de Produções Técnicas e Editora – CPT, da Universidade de Viçosa-MG, Prof. Nelson Fernandes Maciel, comenta a Declaração da ONU e o julgamento iniciado esta manhã, no STF, sobre a Reserva Raposa Serra do Sol.

Para o Professor, “existe, sim, risco de internacionalização da Amazônia. As luzes de alerta já se acenderam e parece que o processo está em andamento.

Por isso, ele sugere as seguintes providências ao Governo:

- 1 – colocar a ABIN em ação, para apurar os reais interesses de ONGs internacionais;
- 2 – ocupar os espaços em que essas estão situadas, com presença maciça na educação, formação profissional e implantação de centros de estudos;
- 3 – reduzir o desmatamento e criar alternativas de renda para as populações da região;
- 4 – instalar unidades permanentes do Exército naquela área;
- 5 – combater aos grileiros, incendiários, madeireiros ilegais, latifundiários e pistoleiros.

O segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que gostaria de fazer um registro e, a propósito, um pedido. Um pedido muito especial, que é muito caro para mim, em particular, e para os amazonenses e os brasileiros, em geral.

Coloco, pois, o assunto com justificado orgulho:

Em janeiro do próximo ano, será comemorado o Centenário da Primeira Universidade criada no Brasil, a então Universidade Livre de Manaus, que é hoje a importante e estratégica Universidade Federal do Amazonas, a UFAM.

Agora, o pedido, quase um apelo. Diriço-o à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT e ao

ilustre Ministro das Comunicações, ao qual é vinculado o nosso eficiente Correio. O que peço, em nome da Ufam, é a emissão de um selo postal, para comemorar os cem anos dessa que hoje é instituição de ensino superior de vanguarda, indispensável à Amazônia.

O apelo é para que, acolhida a idéia dessa justa homenagem, o Selo possa ser emitido a tempo de ser lançado no dia 17 de janeiro de 2009, data em que Manaus, o Amazonas e o Brasil vão comemorar o centenário da primeira Universidade do País.

Hoje sob a supervisão do Reitor Hidembergue Ordozgoith da Frota, a Universidade Federal do Amazonas, além de cursos regulares em todas as áreas, mantém outros voltados para estudos e pesquisas acerca da biodiversidade da Amazônia.

A Ufam, enfático, é relevante centro de pesquisas de assuntos da Amazônia e pelo seu pioneirismo e sua evolução, merecem ser homenageadas com o Selo comemorativo a que me referi.

Falo do pioneirismo do Amazonas em relação ao ensino superior com aconchego também especial. Esse notável centro de ensino universitário em plena selva amazônica, tornou-se realidade, graças a Projeto de Lei de iniciativa do então Deputado Federal Arthur Virgílio Filho, meu pai. Estava criada a Universidade Federal do Amazonas.

À época, a transformação da escola em Universidade Federal, na Floresta Amazônica, sem dúvida enfrentaria muitas resistências, mas, ao mesmo tempo, refletia a aspiração de uma comunidade brasileira desejosa de ver implantados, numa distante região, os núcleos de ensino de nível superior, de olhos voltados para o futuro. Futuro do próprio Brasil, pelo significado que a Amazônia encerra, como área estratégica para o amanhã do País. A idéia logrou êxito, com o apoio pleno dos parlamentares de todas as regiões, numa evidência de que a Amazônia é Terra-Brasil!

Estou certo de que o Ministro Hélio Costa, das Comunicações, e o Presidente da ECT, Dr. Carlos Henrique Almeida Custódio, atenderão ao pedido que, desta tribuna, formulo, em nome da Universidade Federal do Amazonas. Sei que o prazo é exíguo para a emissão do Selo. Mas, estou também certo, de que não faltará boa vontade do ilustre Ministro, que é Senador, e do dirigente da ECT.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas

Rubens Barbosa

A demarcação de reservas indígenas em Roraima faz voltar ao debate público a controvertida decisão do atual governo de ratificar a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas. O referido documento, negociado nas Nações Unidas em 1993, levou quase 15 anos para ser aprovado, com 4 votos contra e 11 abstenções. Canadá, EUA, Austrália e Nova Zelândia, com populações indígenas significativas, votaram contra. O Brasil, nas mesmas condições, votou a favor (Celso Amorim, como ministro das Relações Exteriores, assinou a Declaração em 1993 e a ratificou em setembro de 2007).

O governo australiano, para justificar seu voto negativo, afirmou enfaticamente que a Declaração outorga direitos às populações indígenas que conflitam com o restante da população e com o marco constitucional dos países democráticos. A Austrália expressou sua oposição, em especial, pelo emprego do termo autodeterminação, por poder pôr em perigo a integridade territorial do país.

A demarcação das terras indígenas, de forma contígua, no norte de Roraima, em região fronteira à Venezuela, suscita, entre outras, duas questões que têm relação direta com a referida Declaração: a questão de soberania na faixa de fronteira e a possibilidade de criação de uma nação indígena (ianomâmi) nos dois lados da fronteira.

Levando em conta o disposto no artigo 22 da Constituição federal de 1988, segundo o qual compete privativamente à União legislar sobre os povos indígenas, a primeira dúvida que surge é quanto à compatibilidade da Declaração com os preceitos constitucionais vigentes.

Embora registre expressamente que nenhum de seus dispositivos autoriza ou fomenta qualquer ação visando a violar ou reduzir, total ou parcialmente, a integridade territorial ou a unidade política de Estados soberanos e independentes (artigo 46), a Declaração trata os povos indígenas como entidades políticas independentes dos Estados.

Com a prerrogativa de autodeterminação, os povos indígenas podem decidir livremente a sua condição política, com direito à autonomia e ao autogoverno nas questões relacionadas com seus assuntos internos e locais, assim como em relação aos meios para financiar suas funções autônomas (artigos 3 e 4). Toda pessoa indígena tem direito a uma nacionalidade (artigo 6), que se presume possa ser diferente da brasileira.

Não se desenvolverão atividades militares nas terras ou nos territórios dos povos indígenas, a menos que uma razão de interesse público pertinente as justifique, ou que os povos indígenas interessados as aceitem ou solicitem livremente. Os Estados terão de consultar os povos indígenas interessados antes da utilização de suas terras ou de seus territórios para atividades militares (artigo 30).

Segundo a Declaração, os povos indígenas têm o direito de desenvolver contatos, relações e cooperação, inclusive políticos, com outros povos indígenas além-fronteiras (artigo 36, 1) e de manter e desenvolver atividades de caráter político, espiritual, cultural, econômico e social, com seus próprios membros, assim como outros povos através das fronteiras. Os Estados, em consulta e cooperação com os

povos indígenas, terão de adotar medidas eficazes para facilitar o exercício e garantir a aplicação desse direito (artigo 36, 2).

O território da reserva indígena em Roraima, demarcada pelo governo federal, é contíguo a outra, em território venezuelano. As duas, somadas e fundidas em uma só, sem solução de continuidade, poderiam formar um enclave entre os dois países, com foros de Estado independente, que poderia dispor de instituições políticas (artigo 5), ter seus próprios meios de informação nos respectivos idiomas e acessar todos os demais meios de informação não-indígenas sem discriminação alguma (artigo 16).

A Constituição brasileira corretamente reconhece aos índios a sua organização social, seus costumes, línguas, crenças, tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (artigo 231). As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, as por eles habitadas em caráter permanente e as utilizadas para suas atividades produtivas, são definidas como imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar, bem como as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Essas terras se destinam à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. Os direitos assegurados pela Constituição não estão, portanto, em discussão.

Fala-se muito da internacionalização da Amazônia. O relator da ONU para Direitos Indígenas acaba de visitar Roraima. A Declaração pode ser vista como um prenúncio indireto dessa internacionalização, ao estabelecer, com o apoio da comunidade internacional - inclusive do governo brasileiro -, que os direitos dos povos indígenas são objeto de preocupação e responsabilidade internacionais.

Os temas do controle territorial e da perspectiva de criação de uma nação indígena independente dentro do Estado brasileiro adquirem, assim, um caráter grave que tem de ser examinado sob a ótica da segurança nacional. O Congresso, que aprovou a Constituição de 88 e ratificou a Declaração da ONU, e o Supremo Tribunal Federal, que está julgando a questão da demarcação das terras no norte de Roraima, deveriam reexaminar com cuidado essa questão.

Do ponto de vista do interesse nacional, a defesa da integridade territorial e da nacionalidade aconselha uma atitude firme do governo. A delimitação de áreas indígenas talvez devesse avançar apenas até a faixa de fronteira. Com isso se atenderia às duas preocupações, quanto à integridade territorial e a da nacionalidade.

Rubens Barbosa, ex-Embaixador, é consultor de negócios, é presidente do Conselho de Comércio Exterior da FIESP

EDITORIAL

INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

ASSUNTO PARA SER LEVADO A SÉRIO

A Amazônia brasileira possui muitos tesouros: um verdadeiro mar interior de água doce, jazidas de minérios, muitos deles estratégicos, biodiversidade com o maior banco genético do mundo, posição estratégica na linha do Equador e um povo mestiço indígena de inúmeras etnias. Por isso, ela é alvo de cobiça internacional há anos. No início dos anos 90, o Senador Bob Kasten, do Estado de Wisconsin, EUA, disse: "ao contrário do que pensam os brasileiros, a Amazônia não é deles, ela pertence a todos nós". Nesta mesma época, ainda nos EUA, foram produzidos mapas da América do Sul mostrando a Amazônia como região internacional.

Nos últimos meses, a internacionalização da Amazônia voltou a ser destaque na imprensa nacional e internacional. "The New York", o mais importante jornal norte-americano, em 18 de maio, publicou o artigo "De quem é a Amazônia?". Claramente, foi colocado o aumento de líderes internacionais que declaram abertamente que a Amazônia não pertence apenas ao Brasil. O candidato à presidência dos EUA, Barack Obama, prega e com documento escrito, a classificação da Amazônia como "recurso global".

Com o aumento do aquecimento global, aumento da poluição, da necessidade de energia, da escassez de água potável e desmatamento da Amazônia, questionamentos da nossa soberania sobre aquela região deverão aumentar.

O ex-presidente da República, Itamar Franco, afirmou que, nos dias 29 e 30 de abril deste ano, a corte inglesa, representada pelo Príncipe Charles, reuniu, em Londres, parlamentares ingleses, representantes de bancos europeus, representantes de ONGs internacionais e vários índios brasileiros da Reserva Raposa da Serra do Sol para tratar da floresta brasileira. É interessante observar que representantes do governo brasileiro não foram convidados. No final da reunião, as idéias convergiram para uma espécie de financeirização da Amazônia com alocação de verbas para projetos na região que interessem ao debate de sua internacionalização. O Príncipe Charles será o interlocutor global da floresta, com movimentos que, no fundo, podem significar o início do processo de internacionalização.

Em função disso, o ex-presidente Itamar Franco protestou, junto ao Presidente Lula dos riscos na participação do Brasil no Instituto Internacional de Preservação da Amazônia, sugerido pelo Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Isto seria a revitalização do plano chamado de "Hiléia Amazônica", adotado por potências estrangeiras que, de forma malandra, queriam transformar a rica e portentosa área em patrimônio da humanidade. E o pior que, naquela época, em 1948, a idéia foi sugerida pelo embaixador do Brasil na UNESCO. Só não foi para frente porque o ex-presidente

da República Arthur Bernardes fez protestos eloquentes na Câmara Federal.

Mas, existe realmente risco de internacionalização? Esta é a pergunta que paira sobre os brasileiros. Ou isto é coisa de mineiro desconfiado?

As luzes de alerta já se acenderam e parece que o processo está em andamento quando existe uma pressão internacional para a demarcação de extensas terras contínuas da Reserva Raposa da Serra do Sol junto às fronteiras, no Estado de Roraima. Orientados e financiados por ONGs internacionais, líderes indígenas já falam: "Nós fazemos a vigilância de nossas fronteiras não precisamos de pelotão do Exército". "Se insistirem na construção da hidrelétrica, vai ser guerra internacional". E, ainda mais, fecham estradas com correntes, forçam a saída de não índios da área, viajam pelo mundo a fora em busca de apoio para a demarcação contínua.

Voltemos-nos à História para análise da situação:

- Há 160 anos, o México perdeu a Califórnia: uma rica região em ouro, para o EUA. Com o apoio dos norte-americanos, os próprios mexicanos, depois de luta sangrenta, proclamaram a independência da República da Califórnia, posteriormente anexada aos EUA.

- A Província do Panamá pertencia à Colômbia, que não aceitava as pressões internacionais, comandadas pelos EUA, para construção do canal que ligaria os oceanos Atlântico e Pacífico. A questão foi colocada como de interesse internacional e que não podia ser decidida apenas pela Colômbia. Algum tempo depois, treinados, estimulados e financiados pelos EUA, grupos da própria província se rebelaram contra a Colômbia e criaram a República do Panamá. Assim, os EUA conseguiram o canal e muitas outras concessões.

Dá para perceber as coincidências?

É hora de agir e rápido.

- Colocar a ABIN para identificar e conhecer as reais intenções das ONGs internacionais que patrocinam as viagens dos nossos índios, que treinam índios escolhidos para liderança, movimentos sociais, inflamação popular e espírito separatista. ONGs que praticam a biopirataria, espionagem, campanhas de internacionalização, prospecção do solo e contrabando de minerais.

- Ocupar os espaços das ONGs, com presença maciça na educação, formação profissional e implantação de Centros de Estudos.

- Reduzir o desmatamento e criar alternativas de renda para a população da região.

- Instalar unidades militares permanentes em terras indígenas, localizadas nas áreas de fronteiras. Enfim, estabelecer a presença do Estado na região, combatendo os grileiros, incendiários, madeireiros ilegais, latifundiários e pistoleiros. O combate a eles é também defesa nacional. Com a palavra os Ministros do STF - Supremo Tribunal Federal que decidirão sobre a demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol, e a responsabilidade fica com os governantes brasileiros.

Prof. Nelson Fernandes Maciel
Diretor-Presidente do CPT
Ex-professor da Universidade
Federal de Viçosa

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando a nova sessão não-deliberativa para amanhã, às 9 horas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 31 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Maioria-PMDB - Casildo Maldaner** (S)

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Marco Antônio Costa** (S)

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozerildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁶⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(3,12,17)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Praia (AM) ⁽¹⁵⁾	

PDT/PSOL (10)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
16. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) ⁽¹⁾
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁵ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO (PPS/AC) ⁵
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 21.07.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno, por 116 dias, a partir do dia 01.07.2008.

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	MÁRIO COUTO PSDB-PA
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>
MARCONDES GADELHA PSB-PB	HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PR-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5

Leitura: 05/03/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

(1)

Notas:

1. (DEM)

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 03/04/2008

TITULARES**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)**

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**Maioria (PMDB)**

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA

Finalidade: Acompanhar "in loco", junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

(Requerimento nº 756, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador João Pedro (PT)

Maioria (PMDB)

PSDB

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
	1.
Maioria (PMDB)	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi ⁽⁹⁾

Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL**Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti ^(6,10)	1.
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).

11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹³⁾
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Francisco Dornelles (PP) ^(1,12,13)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) ^(13,14)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(7,15)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽¹⁰⁾	1. Cristovam Buarque ⁽⁹⁾

Notas:

- Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
- Eleito em 8.8.2007.
- Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
10. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,9)	6. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹³⁾	5. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹⁴⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁷⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) (7)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Shessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) (5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO (3)
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) (9)
Cícero Lucena (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (4)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello (6)	1.
PDT	
Jefferson Praia (8)	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

9. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).

11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL**Finalidade:** Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (5)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. Nº 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽²⁾**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO ⁽¹⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(11,13)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹⁰⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (4)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (3)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) ⁽¹¹⁾
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) ^(8,13)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁴⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽¹⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹²⁾
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁶⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Fernando Collor	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia ⁽⁹⁾

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).

2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

6. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).

7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
10. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁴⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
4. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Exedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,6)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁸⁾
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,9)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (4)	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO (8)
Patrícia Saboya (PDT) (3)	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) (1)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) (2)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO (5)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Marco Antônio Costa (DEM) (10)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) (7)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB) (11)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB (6)	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia (9)	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO ^(5,7)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁸⁾
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽⁹⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,8)	3. Gim Argello (PTB) ^(6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁴⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB N° 151/2008.
7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. N° 088/2008/GLPTB).
8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB n° 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹¹⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹³⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁰⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹²⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 19/07/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
10. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
11. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
12. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
13. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008.
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽¹⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
PSOL

Atualização: 19/07/2008**Notas:**

1. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008.
2. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



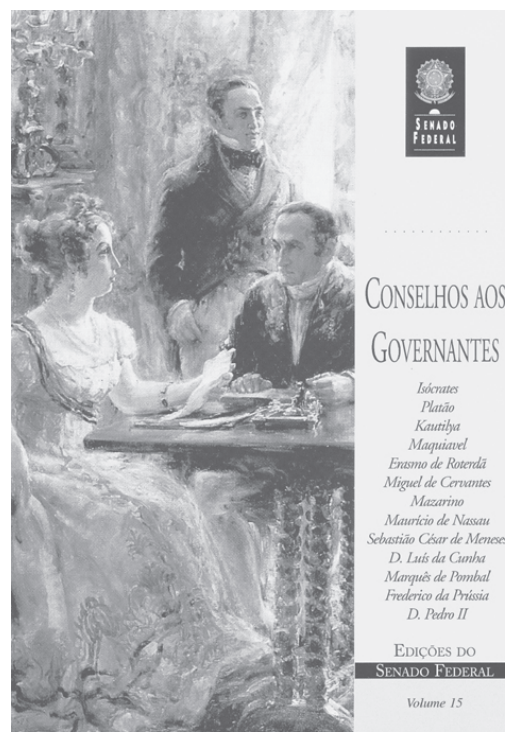
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 118 PÁGINAS